

ATA DA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 03-7-2019.

Aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Eng^o Comassetto, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum e Reginaldo Pujol. Constatada a existência de quórum, a Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Nelcir Tessaro, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo n^o 113/19 (Processo n^o 0239/19), de autoria de Aldacir Oliboni; os Projetos de Lei do Legislativo n^{os} 112 e 133/19 (Processos n^{os} 0237 e 0286/19, respectivamente), de autoria de Cláudio Janta; o Projeto de Lei do Legislativo n^o 107/19 (Processo n^o 0224/19), de autoria de Mendes Ribeiro; o Projeto de Lei do Legislativo n^o 108/19 (Processo n^o 0226/19), de autoria de Moisés Barboza; o Projeto de Lei do Legislativo n^o 181/18 (Processo n^o 1394/18), de autoria de Sofia Cavedon. Também, foram apregoados os Ofícios n^{os} 574 e 578/19, do Prefeito, encaminhando, respectivamente, Veto Total ao Projeto de Lei do Legislativo n^o 105/17 e Veto Parcial ao Projeto de Lei do Executivo n^o 011/18 (Processos n^{os} 0985/17 e 1330/18, respectivamente). Ainda, foi apregoadado o Ofício n^o 048/19, do Vice-Prefeito, comunicando que se ausentaria do Município do dia seis ao dia doze de julho do corrente, para participar da quarta convocação global da rede 100 Cidades Resilientes, em Roterdã, na Holanda. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Marcelo Sgarbossa, Idenir Cecchim, Felipe Camozzato, Aldacir Oliboni, Roberto Robaina, Mauro Pinheiro, Cláudio Janta e Mauro Pinheiro. Na oportunidade, por solicitação de Felipe Camozzato, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Antônio Palácios. Foi apregoadada a Emenda n^o 02, assinada por Cláudio Janta, ao Projeto de Emenda à Lei Orgânica n^o 002/16 (Processo n^o 0179/16). Foram apregoadas as Emendas n^{os} 01 e 02, assinadas por José Freitas, ao Projeto de Lei do Legislativo n^o 061/17 (Processo n^o 0735/17), e foi aprovado Requerimento de autoria de José Freitas, solicitando que essas emendas fossem dispensadas do envio à apreciação de Comissões Permanentes. Foi aprovado Requerimento de autoria de Marcelo Sgarbossa, solicitando a retirada de tramitação do Recurso ao Parecer n^o 425/17, da Comissão de Constituição e Justiça, ao Projeto de Lei do Legislativo n^o 203/13 (Processo n^o 1891/13). Às quinze horas e nove minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo n^o 032/19 (Processo n^o 0057/19), após ser discutido por Adeli Sell, Alvoni

Medina, Cláudio Janta, Prof. Alex Fraga, Engº Comassetto, Idenir Cecchim, Karen Santos, Professor Wambert, Mauro Pinheiro e João Bosco Vaz. Na oportunidade, foi apregoada a Emenda nº 02, assinada por Adeli Sell e Marcelo Sgarbossa, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 032/19. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 032/19. Foi rejeitada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 032/19, por treze votos SIM e quinze votos NÃO, em votação nominal solicitada por Professor Wambert, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cláudio Janta, Engº Comassetto, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol e Valter Nagelstein. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 032/19. A seguir, Aldacir Oliboni procedeu à entrega, à Presidente, de Requerimento solicitando o comparecimento de Orestes de Andrade Júnior, Secretário Municipal de Comunicação Social. Foram apregoadas as Emendas nºs 03 e 04, assinadas por José Freitas, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 122/17 (Processo nº 1076/17). Foi aprovado Requerimento de autoria de Mendes Ribeiro, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 079/16 (Processo nº 0898/16). Foi apregoada a Emenda nº 02, assinada por Mendes Ribeiro e Idenir Cecchim, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 079/16, e foi aprovado Requerimento de autoria de Mendes Ribeiro, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de Comissões Permanentes. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 019/18 (Processo nº 1254/18), após ser encaminhado à votação por João Bosco Vaz, Dr. Goulart, André Carús, Professor Wambert e Karen Santos. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 019/18. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 019/18, por vinte e nove votos SIM e uma ABSTENÇÃO, em votação nominal solicitada por Cláudio Janta, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol e Roberto Robaina e optado pela Abstenção Felipe Camozzato. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 081/19 (Processo nº 0302/19), após ser encaminhado à votação por Felipe Camozzato, André Carús, Hamilton Sossmeier, Nelcir Tessaro, Cassiá Carpes, Aldacir Oliboni, Moisés Barboza, Adeli Sell e Airto Ferronato. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Moisés Barboza, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 003/19 (Processo nº 0211/19). Às dezessete horas e dezoito minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Prof.

Alex Fraga, foi encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 023/18, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 083 e 029/19, este discutido por Reginaldo Pujol, o Projeto de Lei do Executivo nº 006/19, o Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 265/17 e o Projeto de Resolução nº 017/19, discutido por Nelcir Tessaro. Durante a sessão, Reginaldo Pujol manifestou-se acerca de assuntos diversos. Também, foi registrada a presença de Fabrício Moraes, vereador de Candiota - RS. Às dezessete horas e vinte e oito minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo, Mônica Leal, Reginaldo Pujol e Mendes Ribeiro e secretariados por Alvoní Medina. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM) (Questão de Ordem): Sra. Presidente, quero solicitar esclarecimento, especialmente à Diretoria Legislativa, porque eu vejo que estão hoje em 1ª sessão de Pauta vários projetos, inclusive de sua autoria, e um deles, de minha autoria, eu tenho como certo que já correu 1ª sessão de Pauta na última sessão extraordinária na segunda-feira. Consulto por que razão ainda está em 1ª sessão e não em 2ª sessão, como obviamente deveria estar tendo em vista que já foi cumprida a 1ª sessão de Pauta no nosso entendimento.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro. A Diretoria Legislativa vai verificar, e eu, assim que possível, lhe darei a resposta.

O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Boa tarde a todas e a todos. Subi aqui, Ver. Pujol, com uma certa dúvida, porque, no início das sessões de quartas-feiras, costuma-se usar o período de liderança, e eu estava entendendo que tinha um acordo de não ser usado. De qualquer forma, o faço pela bancada do Partido dos Trabalhadores – Ver. Adeli, Ver. Oliboni e Ver. Comassetto. O prefeito Marchezan, que desde antes de iniciar o seu mandato em 2017 só fala na palavra crise e na falta de recursos e, nos dois primeiros anos, 2017 e 2018, apresentou o projeto de revisão da planta do IPTU, que aumenta o IPTU, independente dos adjetivos que se usaram, agora, com as críticas que sofreu – das tantas que sofreu, a sua rejeição está em 88%, segundo pesquisas –, começa a tapar os buracos da cidade. Aí fica a pergunta: até um mês atrás, dois meses atrás, não tinha dinheiro; agora, colocou as contas em dia? O IPTU aprovado ainda não está valendo. Mesmo que passe a valer a partir de 2019, se criou uma espécie de um redutor, para que esse aumento se dê de forma gradual. Inclusive os representantes do governo usavam esse argumento de que não teria impacto nos

primeiros anos, seria um impacto pequeno para aquelas pessoas que tivessem o seu IPTU aumentado. Então, a grande questão que fica aqui é o prefeito Marchezan fazendo a velha política. A sua colega de partido, sua correligionária Yeda Crusius também fez assim no governo do Estado. Fez a mesma lógica, entrou no governo, quando foi governadora, usou os dois primeiros anos para dizer que não tinha dinheiro, que o Rio grande do Sul não tinha dinheiro, segue a mesma a lógica do governo Sartori e do governo Leite, e nos últimos dois anos começou a abrir o cofre dizendo que tinha. Inclusive o seu slogan era “Coragem para Fazer”. Ela tinha tido a coragem para fazer, em dois anos saneou as contas do Estado, e então era o momento de abrir os investimentos. Parece que o Marchezan, do PSDB, do mesmo partido da então governadora Yeda Crusius, está usando o mesmo método. Até agora a cidade em crise: aprovou a retirada de direitos dos servidores públicos neste ano e aprovou a lei do IPTU, que ainda pende de votação. Ou seja, não teve nenhum efeito financeiro prático nesses dois projetos infelizmente aprovados nesta Casa: um ainda pendente de renovação de votação, e agora tem dinheiro para tapar todos os buracos que esta cidade apresentou e se lamentou nos últimos dois anos. Isso é a velha política. Se não tinha dinheiro há dois anos ou há dois meses, então continue usando, seja coerente, porque não houve nenhum outro tipo de atitude do governo. Sabemos do esforço da nossa Fazenda, que ampliou a receita própria dos recursos próprios, mas isso não seria suficiente para tapar os buracos. A política que o governo está apresentando agora tentando salvar, no penúltimo ano de governo, a sua imagem já tão desacreditada na cidade, não vai conseguir, mesmo que consiga tapar os buracos, mesmo que consiga, a sua imagem de um prefeito autoritário que brigou com esta Câmara durante os dois primeiros anos, agora, talvez, os seus assessores de comunicação pediram para ele não se manifestar mais tanto nas redes sociais, tentando recuperar uma imagem que não tem volta. É um lamento que fazemos aqui, Marchezan adotando as velhas práticas políticas. Crise, crise, crise, e, nos últimos anos de governo, abre o cofre para tentar salvar a sua imagem. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Queria saudar o Ver. Fabrício Moraes, do MDB de Candiota. Seja muito bem-vindo a esta Casa.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; uma saudação ao colega Fabrício aqui presente, companheiro de partido. Seja muito bem-vindo. Acho engraçado ouvir o Ver. Marcelo Sgarbossa falando de déficit no Estado. Eu até não ia me pronunciar, mas pela petulância do meu quase conterrâneo Marcelo Sgarbossa, a petulância dele de comparar governos que ficaram devendo ou que sanaram o Estado... O MDB teve alguns azares de substituir o PT nos governos. Isso é um azar danado, porque, onde o PT passou, destruiu, aí a gente vem e conserta. Eu não tenho nenhuma procuração da ex-

governadora Yeda Crusius, ela nem precisa disso, mas ela conseguiu botar mais ou menos em dia as finanças do Rio Grande do Sul, isso é uma verdade. Teve um secretário competentíssimo, o Aod Cunha, depois o Ricardo Englert, foram bons secretários. Aí o que é que aconteceu no Rio Grande do Sul? Uma nuvem de gafanhotos. O governo Tarso Genro, que tomou R\$ 6 bilhões dos depósitos judiciais, R\$ 6 bilhões, e gastou tudo! Aí veio o MDB para consertar com o governador Sartori, mas consertar uma lavoura arrasada, Ver. Mendes Ribeiro, como é que se conserta alguma coisa depois que o PT passou? Não tem como! Não tem como! É terra arrasada mesmo, tem que formar um novo solo para plantar, não tem como fazer. Mesmo assim, o governador Sartori agiu como um cidadão de bem tem que agir, falando a verdade até o último momento. Tudo o que o governador Sartori disse do primeiro dia de governo até o último é a verdade que está estabelecida até hoje. O PT e a esquerda votaram no candidato que derrotou o Sartori, todos votaram e acharam bonito, acharam que era bom votar num governador que prometeu pagar em dia, mas infelizmente, como gringo estava certo e estava certo mesmo, está provado hoje, não tem como fazer milagre. O novo governador provavelmente não tinha as informações que o governador Sartori tentou lhe passar, e achou que conseguiria, com o fluxo de caixa, arrumar isso. Não tem milagre, não se faz milagre, por isso o Estado continua afundado, mas o governador Sartori saiu com um grande capital político que se chama verdade. Hoje quem fala a verdade merece respeito, como sempre mereceu.

Tem mais uma coisa: o Ver. Sgarbossa reclamou do IPTU. Ninguém gosta de pagar imposto. Mas, Ver. Sgarbossa, o senhor sabe que a cobrança só começa no ano que vem, e o senhor queria resultados agora? Mas o senhor faz milagre, vereador, como é que o senhor faz milagre? Quer antecipar receita, isso custa dinheiro, não tem como fazer. Fechar os buracos da cidade, cuidar da cidade, zelar pela cidade é durante todo o tempo, no primeiro, segundo, terceiro e quarto anos. Espero, sinceramente, que o prefeito consiga arrumar isso, consiga tapar esses buracos na cidade, para que os porto-alegrenses possam dirigir; consiga cuidar das vilas, como está conseguindo cuidar da saúde, por exemplo. A saúde no governo Marchezan vai muito bem, obrigado. Não sou eu que digo, mas é a população com quem eu convivo que diz isso: “A saúde melhorou”. Eu espero, sinceramente, que a cidade como um todo melhore, independente do prefeito. Nós todos somos vereadores da cidade de Porto Alegre e queremos o bem da população da cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Presidente Mônica. Quero saudar os colegas vereadores, o público que nos assiste pela TVCâmara e nas galerias. Gostaria de fazer um breve relato sobre o fechamento da nossa Comissão Especial de Revisão Legislativa, que ocorreu ontem no final da tarde. Deixo o registro

que foram mais de 12 mil leis do Município de Porto Alegre analisadas durante esses 90 dias de Comissão Especial. Os vereadores integrantes da Comissão – não só eu, mas os Vers. Mendes Ribeiro, que foi o nosso relator; o Comissário Rafão Oliveira, que ficou de vice-presidente até ser substituído pelo Luciano Marcantônio; o Moisés Barboza, o Hamilton Sossmeier, o José Freitas, o Adeli Sell, que depois se retirou da Comissão; o Ricardo Gomes, o João Bosco Vaz, o Professor Wambert – entregaram ontem o trabalho com o relatório, encaminhando alteração em mais de 800 leis do Município de Porto Alegre, entre consolidação, atualização e revogação de leis, dentre elas legislações inúteis, desnecessárias, que nós encaminhamos pela sua alteração, ou pela sua revogação. É um trabalho pelo qual cabe deixar um registro de agradecimento aos colegas que participaram, às suas equipes. Também quero deixar um agradecimento aos servidores desta Casa que participaram ativamente do processo, aos assessores dos vereadores que participaram. Quero agradecer também à Câmara Municipal, que aprovou essa Comissão Especial que agora apresenta o seu trabalho.

Falei com a Presidente Mônica após a nossa reunião de líderes hoje pela manhã que um dos encaminhamentos é justamente a sugestão à Mesa Diretora para que nós tenhamos esse trabalho de maneira permanente na Câmara, para que a revisão legislativa não fique restrita a uma frente parlamentar ou a uma comissão especial, mas que seja um trabalho permanente, para que a gente possa ter uma legislação sempre bem organizada, com o escopo atualizado para que isso facilite a vida de quem está vivendo, empreendendo na nossa cidade e para que possa interagir com o setor público de maneira mais simplificada. Fica este registro, desejo uma boa tarde a todos os parlamentares e, obviamente, sucesso nos encaminhamentos que, em breve, virão na forma de projetos de indicação dos parlamentares integrantes da comissão especial, para que este Parlamento faça a sua deliberação. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nossa Presidenta, Ver.^a Mônica; colegas vereadores, vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde; em nome da oposição, PSOL e PT, eu queria fazer um breve pronunciamento a respeito de alguns problemas que acontecem na nossa cidade, e não são poucos. Antes, eu queria dar um recado dizendo que o governo Leite não se diferencia dos demais governos, como o da Yeda Crusius, do MDB, porque ele disse uma coisa e está fazendo outra; disse que não ia vender a CEEE, a Sulgás, a CRM, e vai vender, aprovou ontem. E olha o que está acontecendo no nosso Estado, Ver. Robaina: uma quebradeira, empresas fechando, demitindo trabalhadores. Este governo estadual que ia promover a inclusão com geração de emprego e renda lamentavelmente não se diferencia do governo federal, do estadual e, muito menos, do municipal, porque, no municipal, não é só uma quebradeira, a cidade está esquecida por esse governo. Aí eu ouço aqui o Ver.

Cecchim dizer que na saúde se diferencia, que está muito bem. Mas é um discurso deslocado, porque ele, possivelmente, não vai a um posto de saúde buscar atendimento, a um pronto atendimento ou até mesmo ao HPS. Os senhores sabem quantas vagas foram geradas no HPS em função das aposentadorias e demissões de 2017 a 2018? Foram 185 vagas. Os senhores sabem quantas vagas foram preenchidas pelo atual governo? Nem a metade, nem 90 vagas. E o governo lança um edital agora, uma chamada pública para terceirizar a gestão do HPS. Está entregando a menina dos olhos de Porto Alegre no atendimento à saúde para quem? Para uma empresa privada, para não chamar os trabalhadores concursados, e a gestão chamar serviços terceirizados para essas vagas e tantas outras. Isso é promover a saúde pública? Não é, é ter lucro com a saúde pública, isso sim, às custas do sacrifício da população. “Ah, porque vamos ampliar o atendimento com o horário estendido.” Isso é, das 7h às 22h. Dos quatro que hoje existem, em nenhum deles, ao chegar depois das 7h, o cidadão vai conseguir consultar, porque as fichas para atendimentos são dadas a partir das 13h. Portanto, às 4h da tarde não tem mais fichas para o atendimento à noite. Parece-me que o governo tem que andar mais pela cidade, tem que conversar mais com o cidadão e fazer menos propaganda. Pelo que se sabe, está saindo mais uma licitação de cinco milhões e pouco para publicidade e propaganda. O governo gasta como nunca em publicidade. Mas tem um detalhe: lá na publicidade, já está correndo pela rádio-corredor que, em parte dela, estão saindo os vereadores que votam a favor do governo. Eu não tinha visto isso ainda! Promover vereador só porque vota a favor do governo? Isso é lamentável. Se isso está acontecendo, é mais do que lamentável, é desleal com a Casa. Tem que colocar quem vota a favor e quem vota contra. Nós assumimos que votamos contra o fim da carreira do servidor público, que votamos contra o IPTU e contra tantas outras barbaridades que o prefeito vem trazendo para a Casa, como, por exemplo, a terceirização ou a concessão dos parques e praças. No governo Marchezan, não é só pela falta de diálogo internamente que alguns partidos estão saindo, é pela falta de diálogo com a cidade, com o cidadão, que também gostaria de participar, por exemplo, se ele trabalhasse com a ideia de ressuscitar o Orçamento Participativo, porque ele quebrou, ele parou. Ele diz que está funcionando, eu não vi nenhuma plenária do OP com a população da cidade para decidir as prioridades da sua comunidade.

Portanto, Marchezan está deslocado. Prefeito, ande mais pela cidade que o senhor vai saber o que está acontecendo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Mônica, vereadores, vereadoras, público que assiste pela TVCâmara; já tivemos notícia esta semana de que a crise econômica e social do estado do Rio Grande do Sul segue se desenvolvendo. Nós tivemos mais demonstrações de que apenas a lógica que considera

que o investimento empresarial vai salvar o estado do Rio Grande do Sul, e que nós não necessitamos de uma política pública eficaz, indutora do desenvolvimento econômico. Essa lógica é uma lógica falaciosa. As demissões que ocorreram promovidas pela Nestlé e as 500 demissões da Duratex no início desta semana, num Estado em que nós já temos, pelo menos, 500 mil desempregados mostra isso. Nós sabemos que essas demissões são expressões de que a economia nacional segue estagnada e que o investimento dos empresários, cujo objetivo sempre é aumentar a lucratividade, não tem sido capaz de desenvolver o País. Isso é um fato. É uma obrigação os vereadores, os deputados, ou teria que ser uma obrigação, discutirem como se pode fazer com que se rompa essa lógica de estagnação econômica quase crônica; na verdade, uma depressão que o País já vive desde 2014. Eu já fui muito crítico aos governos do PT, sigo fazendo um balanço crítico a esses governos, porque o PT aceitou fazer uma coalizão com o sistema bancário e financeiro nomeando Henrique Meirelles desde o início, depois nomeando o Levy. Aqueles setores da direita que, para se justificarem, tentam atribuir essa longa depressão, simplesmente aos governos do PT, isso não faz nenhum sentido, porque a depressão começou nos governos do PT efetivamente, mas a decisão do PT em nomear o funcionário do Bradesco como ministro da Fazenda foi uma decisão que aprofundou o processo recessivo, quando nomeou o Levy e apostou tudo num tal de ajuste fiscal. Mas o PT saiu do governo, Ver. Ferronato, em 2016. Nós já passamos pelo Temer, que ficou quase todo o ano de 2016, mais os anos de 2017 e 2018, e nós estamos completando seis meses do governo Bolsonaro sem nenhuma política de desenvolvimento do País e já tem demonstrado isso. Não é à toa que nomeou um ultraneoliberal para administrar a economia na linha do ajuste sistemático contra o povo. Isso é muito preocupante, por quê? Porque, na verdade, o País tem deixado de discutir um dos grandes desafios estratégicos que temos, um desafio que não é fácil, que é uma política, uma mudança expressiva na política tributária do País. Isso vale para União, Estados e Municípios. Nós temos um País com seis bilionários que detêm a riqueza de cem milhões de pessoas, e isso não se discute. Enquanto não discutirmos uma profunda mudança na política tributária, não há chance de haver desenvolvimento econômico. E aí, bem, baixando para os estados, o que nós vemos? Governantes tratando de dilapidar ainda mais o patrimônio público. Nós vemos no Município, quando o Marchezan tem como política privatizar a área da saúde, mexer, inclusive, onde está funcionando. Parece que o governo quer que a saúde também seja uma área de alta lucratividade, por isso está nos planos do governo, embora sem o governo debater com a sociedade a ideia de privatizar a gestão do HPS. Nós temos visto, no plano estadual, o desmonte e a política de privatização da Sulgás, da CRM, da CEEE. É importante que se diga que o governo Eduardo Leite, que é do mesmo partido do Marchezan, diz que a CEEE dá prejuízo quando quer privatizar, mas, quando vai aos Estados Unidos apresentar o portfólio da CEEE, diz que a CEEE tem condições de ter muita lucratividade. Hoje já temos dois terços da nossa energia controlada por uma estatal chinesa. Agora o governo Eduardo Leite quer entregar o terço que falta. O Estado, como instituição pública, que já é muito mal gerenciado pela corrupção, pelos interesses partidários, vai sendo ainda mais sucateado do que já é. Aí é a tal de profecia

autorrealizável: sucateia o Estado, o Estado para de prestar bons serviços e se impõe a lógica da privatização, de entregar os recursos públicos para a iniciativa privada. A iniciativa privada que tem demonstrado total incapacidade para desenvolver o País. Ou nós temos políticas públicas capazes de desenvolver a economia, ou a estagnação econômica seguirá infelizmente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Antônio Palácios, que foi presidente do Observatório Social de Porto Alegre e que, durante muitos anos, colaborou ativamente com esta Casa e com o Município. Ontem foi o velório, eu estive lá juntamente com outros parlamentares que também foram prestar solidariedade à família, aos amigos e a todos os demais colegas do Observatório Social.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica; vereadores, vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara e nas galerias, quero aproveitar este tempo de Liderança para me dirigir ao Ver. Moisés. Ver. Moisés, o senhor deve estar feliz, porque o Ver. Marcelo Sgarbossa subiu a esta tribuna demonstrando preocupação com o governo Marchezan, dizendo que ele está vendo muitas máquinas tapando os buracos, resolvendo os problemas da cidade. No entanto, mesmo assim ele fica brabo. Eu fico feliz que a cidade começa a avançar e que começa a resolver os problemas. O Ver. Marcelo veio aqui e disse que está preocupado, porque o prefeito Marchezan está tapando os buracos na cidade, está resolvendo os problemas, então ele começa a ver a máquina funcionando e as coisas sendo resolvidas. Eu acho que é motivo de felicidade para toda a cidade de Porto Alegre. Isso só é possível porque o governo Marchezan, quando assumiu, tinha sérios problemas financeiros e, aos poucos, através da sua gestão e com o auxílio desta Casa, conseguiu ir arrumando as finanças do Município. Em primeiro lugar, com cortes de despesas e com a boa gestão nos primeiros dois anos economizou mais de R\$ 250 milhões. Dinheiro que foi economizado com gestão e, depois, com os projetos aprovados nesta Casa, Ver. Marcelo, projetos que o senhor votou contra, o PT, o PSOL votaram contra, mas vários vereadores tiveram a sensibilidade de fazer as reformas estruturantes de que o Município de Porto Alegre necessitava e agora o Município começa a tomar um outro rumo. O Município cortou gastos estruturantes na previdência, acertando a alíquota de 11 para 14%; conseguiu, através da reforma da estrutura administrativa, cortar gastos

que nós tínhamos, o que foi aprovado por esta Casa. Também foi aprovado o IPTU, ainda não se recebeu nada do IPTU, mas o Município, com a boa gestão nesses primeiros dois anos, com os projetos que foram aprovados por nós, vereadores, que concordamos com essas modificações, hoje conseguiu uma nova visão do Tesouro Nacional, em que o Município de Porto Alegre tinha sido rebaixado e ficou impossibilitado de buscar financiamentos. Hoje o Município já está numa outra esfera. Consegue, através do Tesouro, seu aval para buscar esses empréstimos. Já buscamos R\$ 220 milhões para a Lomba do Pinheiro, onde vamos iniciar, Ver. Robaina – é importante, porque os vereadores de oposição vieram aqui reclamar que não tinha água na Lomba do Pinheiro – as obras para a Zona Sul, para que seja resolvido o problema de abastecimento da Zona Leste. São várias ações que, ao longo desses dois anos, 2017, 2018 e início de 2019, foram feitas e com isso o Município agora, com a sua melhor gestão, começa a dar os resultados, e o Ver. Marcelo já fica preocupado. O Ver. Oliboni também veio aqui defender não a comunidade, não a sociedade, não os usuários do sistema de saúde; defende sempre a corporação. Para o Ver. Oliboni, resolvem-se todos os problemas fazendo concurso público e botando mais gente, crescendo o Estado, o Estado, quanto maior, melhor. Melhor talvez para arrecadação dos sindicatos, porque, para a população, eu não vejo que um estado inchado vá resolver o problema da população, do usuário do SUS. O que o governo tem feito, que era uma promessa de campanha, são quatro postos de saúde que abrem até às 22 h, e tem mais 23 de postos que vão abrir até às 20 h, buscando recursos federais, a contratualização de dois postos que estão em andamento, da Lomba do Pinheiro e da Bom Jesus. Tenham certeza de que, com as organizações sociais, vai melhorar o serviço da Lomba do Pinheiro, da Bom Jesus, vão ser transformados dois postos em UPAs, e, com isso, vamos ter ainda mais recursos federais. Tenho certeza de que vai melhorar o atendimento do usuário, que não é com o que o Ver. Oliboni se preocupa, o vereador se preocupa é com o inchaço do Estado, com a corporação, e não com o usuário do sistema. Infelizmente, Ver. Oliboni, está se avançando, avança se a passos largos, a saúde de Porto Alegre vai melhorar, já está melhorando, vai ser melhor. As concessões de parques e praças, tenho certeza de que, assim que estiverem concluídas, o senhor vai estar lá tomando seu chimarrão, na orla do Guaíba revitalizada, com parcerias público-privadas, o senhor vai poder aproveitar, vai pagar menos seguro do seu carro, porque o cercamento eletrônico já está dando resultado. O número de carros roubados na cidade de Porto Alegre está baixando, o número de carros recuperados está aumentando. Isso tudo com o bom serviço que está sendo prestado e com as melhorias significativas que nós vamos ter na cidade de Porto Alegre a partir de agora, com a boa gestão, com o bom trabalho e com a ajuda dos vereadores desta Casa, que tiveram a sensibilidade de votar projetos importantes para a cidade de Porto Alegre, não apenas ficar defendendo corporações. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste nas galerias, na TVCâmara e o que nos honra através da nossa RadioWeb; quero compartilhar com os colegas vereadores, com a população de Porto Alegre uma grande vitória que aconteceu ontem no Senado sobre as famílias que têm filhos autistas. Ontem o Senado aprovou, juntamente com as outras casas, inclusive com a Câmara, o censo demográfico de pessoas com autismo. No próximo censo, será incluída a questão dos autistas. Nós precisamos ter essa especificidade para saber, de fato, quantos autistas nós temos nas cidades, quantos autistas nós temos no nosso Estado e no nosso País, para pensar as políticas públicas para essas pessoas que têm um espectro individual. Nenhum autista é igual a outro, nenhum autista consegue ser semelhante a outro, desde o autismo leve ao autismo severo. Há necessidade de políticas públicas, há necessidade de implementarmos as políticas sociais. Hoje nós precisamos de políticas na área da educação, na área da saúde e de pessoas especialistas para atender às crianças que têm esse espectro. Precisamos ter lares de acolhimento para essas crianças que se tornarão adultos; alguns serão crianças a vida inteira, necessitando de ajuda para trocar fraldas, para se locomover. Precisamos de centros de convivência e centros de atendimento a crianças com autismo, para elas se prepararem para entrar na rede de educação. Precisamos preparar os profissionais da educação e da saúde para atender a essas famílias e a essas crianças.

Esta Casa, com a ajuda de todos os vereadores, aprovou o censo do autismo, que está se propagando no Rio Grande do Sul, já foi aprovado em Pelotas, Butiá, Santa Maria, Rio Grande e em várias cidades do nosso Estado. Assim nós esperamos ter políticas públicas. Esta Casa novamente larga à frente, foi uma política saída desta Casa, desta Câmara de Vereadores, um projeto de lei que altera a Lei Orgânica do Município e permite que os postos de saúde fiquem abertos até às 24h. Uma política que está sendo adotada pelo governo, o qual diz que irá abrir mais de dois mil postos de saúde no Brasil inteiro. Uma política vinda da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, uma política construída por todos nós, igual à questão do censo dos autistas, que agora entrará no próximo censo que o Brasil fizer. Então teremos condições de saber o número de autistas e definir, por meio desse número do grau de autismo, as políticas públicas necessárias para que essas famílias tenham dignidade e principalmente para que mães e pais não se questionem, como fazem desde que acordam até a hora que deitam: “Quando eu partir, quem irá cuidar do meu filho?” É com grande alegria que noticiamos essa vitória dos familiares de autistas alcançada ontem no Congresso Nacional, de ter incluída, no próximo censo, a questão do autismo. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; venho a esta tribuna para elogiar os nossos colegas vereadores de Canoas, que tiveram uma atitude correta, na minha opinião, que foi aprovar o processo de parceria público-privada, de uma concessão pública junto à Corsan para o saneamento em Canoas. Junto com outros municípios, Canoas foi o último município que aprovou, fizeram um grupo de nove municípios da Região Metropolitana que se uniram e, junto com a Corsan, vão fazer uma parceria público-privada, Ver. Adeli Sell, para, dessa forma, aumentar o saneamento básico nessas cidades. Com a ajuda da Corsan, que vai estar à frente desse processo, em 11 anos veremos um aumento para 87% do tratamento do esgoto desses nove municípios. Não só Canoas, mas os vereadores de Alvorada, Viamão, Guaíba, Eldorado do Sul, Sapucaia, Esteio, Gravataí, Cachoeirinha e agora Canoas, se juntando a esses oito municípios, farão esse processo junto com a Corsan. É importante salientar isso, porque nós vemos vereadores lá, e quero aqui salientar, em nome do Ver. Mauro Zacher, que é do PDT, pois alguns vereadores do PDT lá aprovaram, apoiaram essa concessão junto à Corsan, demonstrando a grandeza do PDT, junto com os demais partidos, que, dessa forma, então, vão melhorar o saneamento básico da Região Metropolitana.

Acho que devemos, sim, fazer esse debate em Porto Alegre, porque sabemos que, hoje, para alcançarmos 100% do tratamento do esgoto da cidade de Porto Alegre, precisaríamos de um investimento, Ver. Roberto Robaina, de R\$ 1,77 bilhões, quase R\$ 2 bilhões. Sabemos também que não há esse recurso na Prefeitura de Porto Alegre, nem mesmo com empréstimos nós conseguiríamos fazer o tratamento do esgoto, e sabemos o quanto é necessário e o quanto é importante para uma cidade, nos dias de hoje, tratar o seu esgoto. Hoje temos bairros, como Sarandi, Rubem Berta, Cavallhada, Lami, que não têm esse tratamento, o tratamento é muito baixo. Nós precisamos, realmente, buscar investimentos, e uma das saídas é a concessão pública ou a parceria público-privada. Eu sou favorável e tenho certeza de que, com um debate claro no nosso Município, na nossa Câmara de Vereadores, nós poderemos buscar essas alternativas, assim como a Região Metropolitana está buscando com a Corsan e a iniciativa privada.

Quero fazer esse debate. Nós já aprovamos a frente parlamentar e queremos fazer o lançamento da frente parlamentar do saneamento básico, das concessões, das parcerias público-privadas, para tratar desse tema e de outros temas na cidade de Porto Alegre, para que, em breve, Porto Alegre também possa dar um passo importante e avançar, assim como a Região Metropolitana está fazendo, para buscar uma parceria, uma concessão para o tratamento do nosso esgoto, do nosso saneamento. Hoje todo o esgoto de Porto Alegre vai para o rio Guaíba, que é onde nós buscamos a água para tratar, que é a água que nós transformamos em potável para abastecer a cidade. Então, urge, na cidade de Porto Alegre, esse debate, assim como foi feito nessas cidades da Região Metropolitana, para que a gente possa avançar também, talvez, numa concessão

ou numa parceria público-privada no saneamento para melhorar o saneamento de Porto Alegre.

Quero, mais uma vez, parabenizar os vereadores desses nove municípios que tomaram essa decisão acertada. A Região Metropolitana, com certeza, vai avançar no saneamento básico, no tratamento de seus esgotos, o que também melhora para a cidade de Porto Alegre, seus afluentes. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Cláudio Janta, ao PELO nº 002/16.

Apregoo as Emendas nºs 01 e 02, de autoria do Ver. José Freitas, ao PLL nº 061/17.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. José Freitas solicitando dispensa do envio das Emendas nºs 01 e 02 ao PLL nº 061/17 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa solicitando a retirada de tramitação do Recurso ao Parecer nº 425/17, da CCJ. (Pausa.) **APROVADO.**

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 15h09min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0057/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 032/19, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que institui a campanha denominada Janeiro Branco e inclui a efeméride Mês de Estímulo aos Cuidados e à Conscientização da Saúde Mental e Emocional – Janeiro Branco – no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no mês de janeiro.

Parecer:

- da **CCJ.** Relator Ver. Ricardo Gomes: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01;
- incluído na Ordem do Dia em 19-06-19 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLL nº 032/19. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Mônica Leal, colegas vereadores e vereadoras; o Ver. Alvoni Medina quer o que acredito que todos nós desejamos e vamos aprovar nesta tarde: que o mês de janeiro seja denominado Janeiro Branco, para que haja um estímulo, durante 31 dias, aos cuidados e à conscientização sobre a saúde mental e emocional das pessoas. Muito corretamente, em boa hora, o vereador nos estimula a pensar, a refletir sobre a saúde global, integral das pessoas. A saúde mental hoje é um problema neste País. Quando se pede para colocar no Calendário, a partir disso é lei, o Município não precisa esperar que o vereador lembre que janeiro deve ter atividades na Secretaria Municipal da Saúde, na FASC, porque é a FASC que localiza, muitas vezes, o doente mental, a pessoa que tem problemas. Dessa maneira, a Prefeitura tem que se antecipar, a Prefeitura tem que colocar no Calendário, colocar no *site* e chamar atividades, Prof. Alex, para que isso aconteça. Nós aprovamos leis disso, daquilo; semana disso, daquilo; mês como este, e a Prefeitura se faz e não faz nada. Vou, às vezes, colocar no Calendário, e some do Calendário. Pena que o Jorge Barcellos acabou de sair, ele tem feito e mandado para os vereadores, tem divulgado um conjunto de efemérides, datas importantes que nós podemos lembrar e defender. Ontem, por exemplo, dia 2 de julho, era o Dia do Bombeiro. É bom que se lembre, a gente só lembra do bombeiro quando tem infortúnio, mas ontem foi o Dia do Bombeiro. Nós temos que colocar, Tessaro, no Calendário e exigir que esse Calendário seja divulgado. Deveria estar na folha de rosto do *site* da Prefeitura: dia disso, dia daquilo. Mês Janeiro Branco, para divulgar as questões atinentes à saúde mental, procure: telefone tal; WhatsApp tal; *e-mail* tal. Mas isso não tem. Se desse tempo ainda, eu colocaria uma emenda, mas pode o Ver. Medina, assim que aprovarmos, pedir uma reunião com o secretário municipal da Saúde para que a Secretaria tome a iniciativa de colocar no seu *site* e no *site* da Prefeitura. Caso contrário, será somente mais uma data, mais uma efeméride para constar. Nós não queremos que apenas conste, como lembrou há pouco o Ver. Cláudio Janta. Ele mostrou que a questão do autismo está colocada na pauta do Congresso Nacional e na sociedade, Ver. Alvoni Medina, portanto isso não é uma coisa só para dizer “eu fiz tal coisa”, não. Nós fizemos aqui, Alvoni, a aprovação de uma lei e nós queremos que ela efetivamente vigore. Portanto esses são os procedimentos que eu estou a propor ao Ver. Alvoni Medina: aprovada a sua lei hoje aqui, que ela seja efetivada. Essa é a questão, esse é o caminho, e é ao caminhar que fazemos o nosso caminho. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Alvoni Medina está com a palavra para discutir o PLL nº 032/19.

VEREADOR ALVONI MEDINA (PRB): Boa tarde a todos, Sra. Presidente, colegas vereadores, público que nos assiste pelas galerias e pela TVCâmara; quero saudar também a presença dos psicólogos do Conselho Regional de Psicologia, que, gentilmente, nos receberam e nos apoiaram nesta causa. O projeto Janeiro Branco visa instituir a campanha de estímulo aos cuidados e à conscientização da saúde mental e emocional das pessoas no Município de Porto Alegre. Essa campanha foi idealizada pelo psicólogo mineiro Leonardo Abrahão e já é lei em várias cidades do Brasil, como São Paulo, Uberlândia, Flores da Cunha, Santa Maria, dentre outras. O mês de janeiro foi escolhido porque, a cada início ano, as pessoas estão voltadas a pensar sobre as suas vidas, fazendo novos planejamentos e mudanças para buscar uma melhor qualidade de vida. (Mostra camiseta.)

Segundo informações da OMS, a depressão afeta 322 milhões de pessoas no mundo. No Brasil, 5,8% da população sofre com esse problema, que afeta o total de 11,5 milhões de brasileiros. O Brasil é o país com maior prevalência de depressão da América Latina e o segundo com maior prevalência nas Américas, ficando atrás somente dos Estados Unidos, que têm 5,9% de depressivos. O Brasil também é recordista mundial em casos de transtornos de ansiedade: 9,3% da população sofre com o problema, ao todo, são 18,6 milhões de pessoas.

Em 2015, 788 mil pessoas cometeram suicídio. Isso representou quase 1,5% de todas as mortes no mundo. Entre jovens de 15 a 29 anos, o suicídio foi a segunda maior causa de mortes em 2015. Por isso, entendemos que é necessário desenvolver estruturas de atenção à saúde mental e terapias para o paciente como forma de investir em qualidade de vida e combater o crescimento em casos como transtornos de ansiedade, transtornos depressivos, suicídios, uso de álcool e outras drogas. Diversas ações já foram feitas pela campanha Janeiro Branco em diversas cidades do Brasil, em vários locais, como escolas, faculdades, hospitais, rodoviárias, parques e praças.

Temos também a Emenda nº 01, apresentada pelo Sr. Presidente da CCJ, Ricardo Gomes, que adequa o projeto. Pedimos a sua aprovação. Agradeço a todos os nobres vereadores; obrigado, Presidente Mônica, e peço aos nossos amigos que aprovelem esse projeto e que Deus abençoe a todos. Aqui está a camiseta: # vem para a saúde mental. Eu desejo a todos uma boa tarde e que Deus os abençoe.

Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLL nº 032/19.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, colegas vereadores, eu queria contribuir um pouco, apesar da explanação dos vereadores Adeli

Sell e Medina, mas lembrar aos colegas e à população de Porto Alegre o quanto é importante essa conscientização, o quanto é importante, não somente neste período que é proposto, se discutir a questão da depressão, mas debater no nosso dia a dia, nas nossas famílias, com quem convivemos. Uma pessoa com depressão, daqui a pouco, ela está junto conosco, contando uma piada, rindo, mas, lá por dentro, ela vive no seu mundo, lá por dentro, ela continua vivendo as suas angústias, continua vivendo as suas tristezas, dizem que estão meio deprimidas. A primeira coisa que as pessoas dizem é: “Mas deprimido como, se a pessoa tem uma vida legal? Essa pessoa tem uma vida boa, essa pessoa não passa necessidades”. Como se a depressão só desse em quem passa necessidades, se a depressão só desse em quem teve uma grande tragédia na sua vida, só desse em quem não consegue ter acesso à cultura, ao entretenimento, em quem não tem família. A depressão pode acontecer a qualquer momento, e ninguém está livre. Ela não tem um gatilho, ela não tem nada que avise que a pessoa pode vir a ficar deprimida. Dependendo do nível da depressão, pode levar as pessoas a atentarem contra a sua própria vida. Ver. Medina, é importante esse seu projeto, é importante que a gente comece a discutir a saúde mental na nossa cidade, fazer grupos para discutir isso, fazer plenárias para discutir essa questão da saúde mental e, principalmente, a depressão, que não tem classe social, não tem região, não tem credo, não tem cor, não tem nada. A depressão chega e atinge não só a pessoa que fica depressiva, mas toda a família, todo o ciclo de amigos, todo o ciclo de pessoas que essa pessoa convive. É importantíssimo nós termos um mês de conscientização, assim como é importantíssimo nós debatermos esse tema, que judia e castiga muitas pessoas, muitas famílias e que, volto a afirmar, ninguém está livre, a qualquer momento pode ser ativado, no subconsciente das pessoas, essa depressão. Sempre lembrando que, daqui a pouco, a pessoa está no nosso convívio aparentemente muito bem, mas por dentro ela está vivendo seus dilemas, por dentro ela está vivendo os seus problemas, está vivendo o seu mundo. Meus parabéns por essa proposta! Que a Cidade de Porto Alegre discuta esse tema.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 032/19.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara; eu gostaria de saudar a iniciativa do Ver. Alvoni Medina propondo aqui o nosso Janeiro Branco, estimulando os cuidados e a conscientização da saúde mental e emocional na nossa cidade. É importante que nós tenhamos bastante atenção com relação à saúde mental da população da nossa cidade, visto que é crescente a recorrência das pessoas a medicamentos, a atitudes ou tratamentos paliativos para conseguir contornar os problemas emocionais que decorrem da nossa vida atribulada muitas vezes. Eu consigo perceber, em sala de aula, uma grande modificação dentro do comportamento dos nossos alunos, das nossas crianças e adolescentes. Muito lamento, porque crianças que,

há algumas décadas, corriam na rua, brincavam, socializavam com outras crianças, subiam em árvores, comiam frutas nas ruas, atualmente, estão trancafiadas dentro das suas casas jogando num computador ou vídeo game de última geração, e essa incapacidade ou impossibilidade de interagir de forma mais efetiva com outras crianças está gerando também um grande abalo nas futuras gerações da nossa cidade. Esses são grandes males que a modernidade vem nos impondo. Nós, como pertencentes a uma Casa Legislativa, precisamos dar a nossa parcela de contribuição. A abertura dessa efeméride no Calendário do nosso Município permite que a Prefeitura se atente ao tema e faça cumprir as suas responsabilidades. Por exemplo, a nossa Prefeitura não investe de forma significativa na área da cultura, corta recursos da cultura na área da arte popular. Nós não percebemos mais, nos bairros da periferia, os significativos investimentos, por exemplo, com relação a música, com relação a teatro, pintura. Nós não percebemos mais um investimento significativo na cultura popular do carnaval. Nós não conseguimos mais perceber investimentos significativos na área do esporte. Esporte, lazer, cultura, essas áreas contribuem de forma muito significativa para a saúde mental da nossa população, e, obviamente, os desinvestimentos que vêm acontecendo agravam esse quadro ainda mais. Então, não é apenas permitir ou facilitar o acesso a terapias, a medicamentos, não apenas isso. Nós precisamos pensar na nossa cidade de forma mais global, uma cidade que tenha saúde física, saúde cultural, que tenha lazer também é uma cidade cuja população incorre em menos problemas de ordem emocional decorrentes de prejuízos na sua saúde mental. Portanto, novamente saúdo a iniciativa do Ver. Alvoní Medina, é importante essa iniciativa, é importante a inserção dessa efeméride dentro do nosso Calendário oficial, destacando que somente a nossa iniciativa aprovando este projeto não garante melhorias na qualidade de vida do porto-alegrense. É necessário que o Executivo também faça a sua parte, que invista mais, porque desinvestiu, desde 2017, nas áreas do lazer, cultura e esporte; desmantelou a Secretaria do Esporte, que está sob o guarda-chuva da Assistência Social, Cidadania, da Secretaria de Desenvolvimento Social, mas que, infelizmente, não dá o retorno necessário à nossa população. Percebemos que a assistência aos idosos, nas praças, nos parques, perdeu com relação aos anos anteriores. Aqui uma testemunha viva desse processo é o Ver. João Bosco Vaz, que já foi secretário de esportes, e percebemos que a falta do esporte, a falta da cultura e a falta do lazer agravam os problemas de saúde mental. Então, que o Executivo utilize essa efeméride para cumprir, também, a sua responsabilidade em relação a nossa população. Um abraço e parabéns, Ver. Alvoní Medina.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para discutir o PLL n^o 032/19.

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Prezada Ver.^a Mônica Leal, colegas vereadoras e vereadores, prezado colega Medina; venho declarar o apoio ao seu projeto, assim como o da minha bancada, e trazer algumas reflexões que precisamos

assumir. Estamos aqui ajudando a instituir e a constituir uma política municipal no momento em que nós instituímos e denominamos essa campanha de Janeiro Branco, que tem por objetivo principal estimular os cuidados e a conscientização sobre a saúde mental e emocional das pessoas no Município de Porto Alegre, investir na qualidade de vida e combater o crescimento dos casos de transtorno de ansiedade, transtornos depressivos, suicídio, uso de álcool, uso de drogas e outros. Dando continuidade ao que falou o colega Ver. Alex Fraga, que é o presidente da nossa Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude, quero apelar ao líder do governo e aos 24 vereadores que formam a base do governo Marchezan que, ao instituímos uma política como essa, nós também temos que instituir ou qualificar as ações que já são políticas municipais. Ver. Mauro Pinheiro, V. Exa. sabe o que vem acontecendo no Ginásio Tesourinha, no Cegeb, no Cecores, na Restinga, no Cecopam lá na Cavallhada? Foram retirados os professores, os instrutores, aquelas pessoas que acolhiam, principalmente, as pessoas da terceira idade, que davam aula de ioga, aula de ginástica, aula de dança. Isso tem ocasionado, na cidade de Porto Alegre, um abandono dessa política na prática. Portanto, nós vimos aqui para declarar não só o voto, mas para apelarmos para não deixarmos que essas políticas, que são direito adquirido da cidade de Porto Alegre, acabem sendo destruídas em nome da economia do Município, economia fajuta. Desculpem o termo, porque é isso, porque o custo que tem um professor de educação física ou uma equipe é muito menor do que ficar com o dinheiro armazenado.

O secretário da Fazenda veio a esta Casa e divulgou na imprensa que, no primeiro trimestre, Ver. José Freitas, o superávit no caixa da Prefeitura foi de R\$ 550 milhões. Mas que bobagem é essa, em que o caixa fica no azul, e a população fica no vermelho, na carência dos serviços públicos? Quero fazer um relato: o Ver. Cassiá lembra daquela senhora, se não me falha a memória, Dona Lurdes, aqui do Tesourinha? Ela disse o seguinte: “Enquanto tinha os professores, e eu ia lá fazer ioga e fazer dança, eu tomava um medicamento eventualmente para a pressão; hoje, eu estou tomando cinco medicamentos para pressão, para insônia e assim sucessivamente”.

Para começar, este projeto, Ver. Alvoni, está direcionado para toda a cidade, mas quem é que mais carece? São as pessoas da periferia, aquelas pessoas que não têm condições de pagar uma academia de ginástica, de pagar um clube, de pagar um médico que seja da rede privada ou ter um plano de saúde, que necessitam do plano público e das atividades de cultura, esporte e lazer do Município de Porto Alegre. Nós vamos aprovar o seu projeto, mas queremos ver a oposição se aliar com a situação, para não deixar essas pessoas abandonadas em Porto Alegre; hoje elas estão abandonadas dessa cobertura. Eu novamente reproduzo o depoimento dessa senhora, que tem 74 anos, e disse: “Nós que cuidávamos do Tesourinha, nós que pagávamos o material de limpeza, nós que abríamos e fechávamos o Tesourinha. Tiraram os professores dali, e hoje eu estou tomando cinco medicamentos, sem condições de comprar, porque a ioga, a dança e outras atividades coletivas me davam qualidade de vida”. O que está apontado no projeto, que é contra a depressão, contra os transtornos de ansiedade, contra a utilização de outras drogas para as pessoas poderem fugir desses traumas que a urbanidade desenvolve nos cidadãos. Portanto, a nossa bancada, assim como já vieram aqui os

colegas Adeli, Oliboni e Sgarbossa, votará junto com o senhor, para que essa política não morra em Porto Alegre. Muito obrigado, Presidenta Mônica.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo a Emenda nº 02, de autoria da bancada do PT, ao PLL nº 032/ 19.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLL nº 032/19.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Presidente Mônica Leal, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, primeiro eu quero louvar a preocupação de todos os vereadores desta Casa com as atividades esportivas da nossa população, principalmente nos equipamentos municipais. Agora, também tem que dar alguma informação, eu acho que deram informação não tão correta para o Ver. Engº Comassetto, porque os professores que estavam como secretaria continuam estando lá como departamento. Foi prorrogada a cedência até 31 de dezembro, e nós vamos ver se continuamos para sempre com isso, Ver. Engº Comassetto. Então não é verdade que se extinguíram as atividades nos centros esportivos que a cidade tem, no centro de desenvolvimento, os professores estão lá fazendo as atividades que sempre fizeram. No Ginásio Tesourinha, Ver. João Bosco Vaz, V. Exa. que se preocupa e sempre se preocupou com isso, tem dificuldades, é verdade, tem algumas dificuldades, mas eram dadas dois dias por semana as oficinas, e agora estão realocadas numa sala um pouco menor uma vez por semana, para não perderem a atividade. Então, continuam, e eu quero dizer que estamos juntos para que se continue a prestar esse serviço para as pessoas, principalmente da terceira idade, é verdade, Ver. Engº Comassetto. O esporte e, principalmente, a integração com as outras pessoas na terceira idade fazem muito bem, de modo que não é bem correta a sua informação de que se extinguíram essas atividades. Todas elas continuam, os professores continuam lá, todos eles, não foram retirados os professores, e a coisa está funcionando bem, não há interrupção das atividades esportivas.

Eu sempre digo, eu que sou um jogador de bocha amador, bem amador, Ver. João Bosco Vaz, mas me acostumei atirando pedra na roça, e eu peguei o gosto pelo jogo de bocha. Eu às vezes apareço lá na cancha dos Patos, vou lá no Jardim Itu, na Gomes de Freitas, e faço um joguinho de bocha muito ruim, ninguém me quer no time, mas eu tento. Eu acho que o jogo de bocha é um jogo democrático para todas as idades, se pratica nas praças, se pratica na praia, enfim, é uma atividade esportiva que faz muito bem para todas as idades. Eu quero deixar bem claro que todos os vereadores, todo o Município, o Executivo também, têm que continuar prestando ou dando essa assistência para as comunidades nos parques e praças. Já temos muitas praças e parques que têm atividades, até particulares, de educação física ao ar livre. Acho que isso é saudável, só precisa organizar, não dá para cada um lotear uma praça, mas tem que regularizar, regulamentar, para que todos tenham direito ao espaço público de uma forma ordenada e organizada. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para discutir o PLL nº 032/19.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste na TVCâmara, nas galerias, me inscrevo também para saudar a iniciativa do Ver. Medina por entender que hoje, no Brasil, há um crescente índice de suicídio. A cada 46 minutos, uma pessoa se suicida, o que é um desdobramento não só do desmonte das políticas de assistência à saúde primária, básica, na família, mas também é um tabu hoje a gente conseguir discutir esse fenômeno com a seriedade com que ele precisa ser discutido e enfrentar todas essas determinantes que acabam fazendo com que esse índice só cresça, sobretudo na juventude. Em 2016, saiu uma pesquisa do Ministério da Saúde indicando que houve um aumento de 50% nos índices de suicídio na juventude negra; aí também é um caso que tem que ser combinado com a discussão sobre racismo estrutural neste País. No ano passado, na UFRGS, tivemos um professor do departamento de psicologia que se suicidou. A UFRGS, acho que enquanto uma parceira, uma instituição que vem fazendo campanhas neste sentido para também combinar ações que nos ajudem, a partir da pesquisa, do conhecimento, da produção do conhecimento intelectual, a sensibilizar, não só a população, mas também a Câmara, frente à necessidade de política pública para enfrentar. Aí, quando o Ver. Eng^o Comassetto coloca sobre as políticas de esporte, a extinção da Secretaria Municipal de Esporte por uma economia irrisória de um milhão de reais por ano, isso não significa que não tendo os professores lá no Cecopam, lá no Cecores, essa medida de negociação que está havendo com o governo municipal, da permanência das atividades físicas até o final do ano, como o Cecchim colocou, isso não significa que nesse processo já não tenha havido toda uma instabilidade emocional por parte da categoria dos profissionais que trabalham dentro desses estabelecimentos, e também toda uma insegurança que gera na comunidade que é atendida de não saber se a política pública continuará ou não. Isso, sim, afeta o emocional, o psicológico. Essa instabilidade das políticas públicas que vem sendo promovida por este desgoverno gera também ansiedade, gera também depressão, gera também insegurança. A gente tem que entender esse enfrentamento também como uma das principais políticas que nós, enquanto vereadores, temos que erguer para ter a sensibilidade necessária para entender como isso se desdobra dentro desses índices.

Então, me coloco solidária a essa campanha, coloco o movimento da pauta dentro da universidade também com muita disposição de fazer essa discussão contigo, Medina, e que a gente consiga enfrentar, com a responsabilidade que precisa, esse tema que é tão polêmico, mas é tão necessário, sobretudo, dentro do parlamento. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para discutir o PLL nº 032/19.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sra. Presidente, colegas vereadores, só para corroborar um pouco com a Ver.^a Karen Santos na primeira parte do seu discurso, em que ela abordou a questão gravíssima do suicídio. Nós temos na Casa a Frente Parlamentar em Defesa da Vida, nós defendemos a vida desde a sua concepção ao seu fim natural, portanto, envolve a questão do aborto, do assassinato do inocente no ventre de sua mãe, mas também envolve a questão do suicídio, questões também terríveis que enfrentamos hoje na sociedade. Já tivemos vários eventos sobre o tema. Eu tenho um pedido de informações à Prefeitura de Porto Alegre sobre os nossos leitos psiquiátricos e também um pedido de providências. Nós já tivemos uma ampliação desses leitos, desse atendimento psiquiátrico. Agora, na Restinga, inclusive, estivemos lá na inauguração, ao lado do Ver. Mauro Pinheiro, nosso líder do governo, estivemos lá. Há uma preocupação do governo com essa temática gravíssima em que é delicadíssimo falar, Ver.^a Karen, porque boa parte das pessoas que morrem pelas próprias mãos morrem blefando. Isso significa que nunca podemos ignorar os sinais, é o chamado suicídio acidental. De fato, nós desconfiamos e dizemos: “Olha, aquela pessoa quer chamar atenção”. A nossa análise é verdadeira, mas, na tentativa de chamar a atenção, ocorre o acidente, o exagero na dose, e as pessoas terminam realmente se suicidando, o que é uma coisa terrível. Suicídio é uma coisa complexa, quanto mais debatemos, mais expomos o tema. A forma pública de como debater isso também é complexa, porque podemos incentivar, ensinar, sem querer, sem ter a intenção de fazê-lo, com o objetivo de proteger. Nós precisamos realmente de políticas públicas. Concordando com a vereadora em tudo que ela falou aqui, vou discordar num ponto, que é a ideia de que, para termos políticas públicas de esporte, precisamos de uma secretaria. Se o orçamento era ínfimo – como V. Exa. disse aqui -, de R\$ 1 milhão, só mostra a falta de necessidade de se manter um secretário, um secretário adjunto, um conjunto de CCs, ainda os puxa-sacos ao redor, os aduladores de plantão, e tudo aquilo que uma máquina pública requer. O que importa é nós, como vereadores – e o Ver. Cecchim falou muito bem –, fiscalizarmos, cobrarmos e exigirmos a entrega desse serviço público, que não necessita necessariamente ter a estrutura de uma secretaria, que é muito onerosa para o bolso do contribuinte, para o pagador de impostos, para o cidadão porto-alegrense. Era isso, muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLL nº 032/19.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Presidente Mônica, demais vereadores e vereadoras, venho a esta tribuna principalmente referendar o projeto do nosso Ver. Alvoni, que tem essa preocupação, principalmente, não com o tratamento, mas com a prevenção, que é o mais importante, a preocupação com os dependentes de álcool e drogas, é importante que a gente faça ações para que o nosso Município possa melhorar a qualidade de vida das pessoas. O senhor buscou essa preocupação, então

quero dizer que votarei favorável ao seu projeto, que vem muito ao encontro do que o Município tem buscado principalmente através da Secretaria da Saúde, com os CAPS. É mais uma ação que vai se somar ao Janeiro Branco, e a sociedade civil pode participar trazendo informações, conteúdos para divulgar através da imprensa, os comunicadores; a própria Câmara de Vereadores pode fazer ações em conjunto, inclusive com a própria Secretaria de Saúde, para divulgar.

Então, quero cumprimentá-lo pelo projeto, dizer que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre tem essa preocupação, e isso se demonstra também em ações. Pela primeira vez, a cidade de Porto Alegre tem um CAPS em cada região. Eu tive oportunidade de conhecer o CAPS da Restinga, participei da inauguração junto com vários vereadores, no qual o nosso colega José Freitas falou em nome da Câmara de Vereadores, representando a COSMAM, falou com conhecimento muito grande – quero cumprimentar o Ver. José Freitas, que muito bem nos representou. Também quero aproveitar que está aqui o nosso conhecido de todos os vereadores, o Djedah, que está aqui em nome da Secretaria de Saúde. Já quero aproveitar e fazer o convite a todos aqui, em nome da Secretaria de Saúde: convido todos os vereadores para conhecerem o nosso CAPS, fazer uma turnê por Porto Alegre, junto com o secretário Pablo, que estende este convite, que é exatamente uma política de tratamento, de prevenção, através dos CAPS. Nós estamos querendo fazer isso na próxima semana, acho que no dia 11 ou 12, de sairmos numa van, da Câmara Municipal de Vereadores, para que a gente possa conhecer o trabalho que está sendo feito pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, através dos CAPSs, em parceria com organizações e entidades privadas, em que o Município está fazendo investimentos. São espaços em que os vereadores que ainda não tiveram oportunidade de conhecer vão ver a preocupação que estamos tendo aqui no Município justamente para esse atendimento.

Mais uma vez quero dizer que votarei favorável ao seu projeto. Convido os vereadores a também votarem favoravelmente pela importância do projeto, um projeto que certamente vai se somar às outras políticas públicas que o Município de Porto Alegre já tem feito. Com certeza, essa preocupação dos nobres vereadores é importante. Quero novamente fazer o convite a todos os vereadores a se somarem com a Secretaria Municipal de Saúde e com o secretário Pablo para visitarem os CAPSs, mais uma política pública que vem junto com o projeto. Tenho certeza de que vai melhorar ainda mais a qualidade de vida da nossa Cidade. Mais uma vez, parabenizo o Ver. Alvoní e peço que os vereadores acompanhem esse excelente projeto. Parabéns, vereador.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para discutir o PLL nº 032/19.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, amigos e amigas do carnaval que aqui estão, logo em seguida estaremos votando o projeto de interesse desse segmento. É claro que a saúde

mental está diretamente ligada à prática esportiva, à prática de exercícios. Eu pude vivenciar isso como secretário municipal de esportes. Quando eu assumi a Secretaria de Esportes, em 2005, depois de 16 anos do PT, eu mantive todos os projetos do PT, porque todos eram bons e poderiam ser melhorados. Foram melhorados e, depois, avancei com os projetos da minha gestão, por exemplo: tem um projeto importante de saúde mental que foi criado quando a professora Rejane Penna era secretária de esportes, que é o Programa de Esportes e Lazer da cidade. Duas vezes por semana, nos principais parques de Porto Alegre, lá estão os professores medindo pressão, lá estão os professores orientando a caminhada, lá estão os professores fazendo a anamnese, que é uma entrevista sobre a saúde daquela pessoa que está lá, mas nós precisamos avançar mais. Uma ideia, que eu não consegui colocar em prática, porque eu fui transferido para a Secretaria da Copa, é que os postos de saúde de Porto Alegre e os CAPSs precisam ter o professor de educação nas suas equipes multidisciplinares. Essa é a alternativa para ajudar na saúde mental, vereador! Vou repetir: tem o psicólogo, tem a nutricionista, tem o médico, tem a enfermeira, estão todos lá. Agora, essas equipes multidisciplinares não têm o educador físico, a educadora física que cuida do corpo e cuida da mente! Então, seria uma oportunidade de avançar para cuidar da saúde mental das pessoas principalmente quando as pessoas estão entrando na terceira idade, na melhor idade ou na maturidade. Aqui se falou muito no Ginásio Tesourinha. O Ginásio Tesourinha funciona, tem mais de 1.200 mil alunos e mais de 90% são da terceira idade. Quando eu fui secretário de esportes, o orçamento já era muito pequeno, R\$ 600 mil, R\$ 700 mil, e nem por isso deixamos de avançar com grandes projetos sociais. Aí é preciso que o secretário tenha relações, é preciso ter relação com a sociedade civil organizada para que a gente possa pedir uma parceria. Quando nós criamos o projeto social Esporte dá Samba, que era um projeto social com 3 mil crianças, a escola de samba infantil tinha que ter 3 mil lanches! E fomos pedir ao Zaffari. “Ah, precisa cercar os campos e as praças de Porto Alegre”. Vamos lá pedir tela para a Gerdau, se não tem orçamento, se não tem dinheiro. O mesmo vale, Ver. Alvoni, para esse seu projeto ao qual votarei favoravelmente, porque é para cuidar da saúde mental.

As pessoas precisam estar ocupadas. Eu já fui muito pretensioso dizendo que fora do esporte não tem salvação. Fora da ocupação não tem salvação! As pessoas precisam ocupar o corpo e precisam ocupar a mente, as crianças, os adolescentes. Por isso, quando secretário de esportes, na minha administração, nós criamos diversos projetos para a juventude, e, paralelamente, criamos projetos para os pais dessa juventude, para que também pudessem se exercitar e cuidar da sua saúde mental. Então, deixo aqui a sugestão ao senhor prefeito, um encaminhamento ao senhor prefeito de que os postos de saúde e os CAPSs tenham, nas suas equipes multidisciplinares, um educador físico, que é essencial e indispensável para ajudar a tratar da saúde mental. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 032/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Professor Wambert, a Emenda nº 02 ao PLL nº 032/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 13 votos **SIM** e 15 votos **NÃO.**

Em votação o PLL nº 032/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Peço que registre que foi aprovado por unanimidade.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento): Nobre Presidenta, esse requerimento foi assinado por várias bancadas – PT, PSOL, PDT e PROS – solicitando o comparecimento do Sr. Orestes de Andrade Júnior, secretário de comunicação social da Prefeitura, em função da nova licitação de publicidade que saiu no DOPA ontem e que faço questão de protocolar aqui no plenário.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. Oliboni, seu requerimento terá encaminhamento regimental.

Apregoo as Emendas nºs 03 e 04, de autoria do Ver. José Freitas, ao PLL nº 122/17.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, solicitando a retirada de tramitação do da Emenda nº 01 ao PLL nº 079/16. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, ao PLL nº 079/16.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLL nº 079/16 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1254/18 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 019/18, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que altera o § 1º do art. 31 e inclui al. *d* no inc. III do *caput* do art. 37 na Lei Complementar nº 170, de 31 de dezembro de 1987, e alterações posteriores, alterando o rol de estabelecimentos incluídos na categoria de consumo residencial de água e incluindo associações recreativas, escolas de samba e

entidades carnavalescas no rol das instituições beneficiárias da tarifa social do consumo de água.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Cláudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- com Emenda nº 01;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 29-05-19 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLCL nº 019/18. (Pausa.) Não havendo quem queria discutir. (Pausa.) Em votação o PLCL nº 019/18. (Pausa.) O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; mais uma vez saúdo os amigos e as amigas do carnaval e do samba que aqui estão. Caros colegas vereadores, este projeto é muito simples, mas solicito o apoio de todos para que possamos aprová-lo, pois é uma forma de esta Casa contribuir e incentivar o desenvolvimento da cultura popular, especificamente as escolas de samba. A Lei Complementar nº 170/87 já prevê um rol de entidades, num total de 40.600, que pagam a taxa social de água nas suas atividades. De certa forma, nessa Lei Complementar nº 170/87, as escolas de samba já estariam incluídas, porque fala aqui nas entidades culturais, na letra “d”. Entidades culturais e assistenciais têm direito à tarifa social, só que algumas das nossas escolas de samba são recreativas, beneficentes, de acordo com seus estatutos, nem todas são entidades culturais. Por isso estamos adequando essa lei, colocando o item “d” e incluindo no projeto as escolas de samba, que não têm mais o apoio governamental, que têm dificuldades de se manter, que estão pagando suas dívidas de água com o DMAE em 120 vezes – e essa dívida não é pouca. Quero, inclusive, agradecer ao assessor parlamentar do DMAE que está aqui, o Rafael, que se interessou por esta causa e mediou esse encontro das escolas de samba com o DMAE, para que as escolas pudessem parcelar as suas dívidas. Quero dizer aqui que o Ver. Cassio Trogildo e eu – e eu já conversei com secretário Busatto – vamos conversar com o DMAE para fazer um Refis dessa dívida que está para trás, aumentando esse prazo de 120 meses para mais vezes para pagar a dívida, mas esse projeto aqui que os senhores e as senhoras vão ajudar a aprovar é um incentivo ao desenvolvimento da nossa cultura popular que está passando por grandes dificuldades, que está tentando sobreviver, que já fez o carnaval da resistência, com muitas dificuldades, mas, se formos nas quadras das escolas,

veremos também os projetos sociais que ajudam a retirar das ruas e das drogas as crianças e os adolescentes.

Então, Ver. Carús, V. Exa., que tem uma relação com a realeza, e sei que vai votar favoravelmente, compreendeu, como os outros vereadores, que é necessário incluir as escolas de samba, adequando essa lei. É apenas uma adequação da lei para que as entidades possam ter um fôlego, possam continuar desenvolvendo esse trabalho social, reunindo as crianças, reunindo os adolescentes, já que todas elas são entidades sem fins lucrativos. Se eu fosse olhar os vereadores aqui, Sra. Presidente, temos ali o Ver. Wambert, que seguidamente está na Bambas da Orgia; o Ver. Goulart, que é um compositor; o Ver. Cassio, que é conselheiro da Restinga; o Ver. Cecchim, que não gosta que se fale, mas é um dos maiores colaboradores da Império da Zona Norte, desde o tempo do Jacão; a Ver.^a Karen, que é ligada à Samba Puro; o Ver. Pujol, da Restinga; o Ver. Comassetto, também da Restinga, e tantos outros, Ver. Janta, que também é da cultura popular; eu peço o apoio de todos aqui para que possamos aprovar o projeto. Muito obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 019/18.

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal, amiga querida, dirigente serena; professor Nedel; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; visitantes; amigos; TV que nos assiste, enfim, botaram para trabalhar juntos o Cassio Trogildo e o Bosco, tem que sair coisa muito interessante, muito importante. Ninguém tinha pensado nisso. Quanto se gasta nessa ação da luz? Sabe, Sgarbossa? É muito dinheiro. Por exemplo, ninguém sabe que se, por acaso, nós não tivéssemos abelhas, professor – o professor sabe disso –, nós teríamos que arranjar R\$ 49 bilhões no Brasil para poder fazer acontecer a alimentação dos povos no Brasil. As abelhinhas substituem, e com louvor e com graça. Assim é no carnaval. Se, por acaso, descobrirem as maneiras indiretas de haver poupança ou de recolhimento, ou de verba, ou de recurso, nós estaremos brilhando na avenida! É pluma, é paetê, é maravilha, é som, é voz, é mulata bonita! Então, o carnaval precisa da votação unânime dos senhores, meus colegas. É muito inteligente esse trabalho que o Bosco e o Cassio fizeram, de maneira indireta, salvaguardando recursos para escolas de samba. A maioria dos prefeitos não quer ajudar as escolas de samba, e se sabe muito bem que quem gosta de luxo somos nós e quem gosta de pobreza e de miséria são os pseudointelectuais e os pseudopolíticos. Sabem muito bem. Joãozinho Trinta nos ensinava isso, há um tempo atrás.

Então, eu fico encantando em poder ajudar o carnaval, que ajudo de maneira indireta, trazendo uma renúncia na água, e com isso recebendo recursos. Nós estamos fazendo desfiles heroicos. Uma vez não teve desfile; outra vez, foi heroico! Nós passamos com as escolas pequenas, com as escolas acanhadas, quando o carnaval tem

que explodir para o Mercosul, tem que explodir para o mundo, para todos, porque o nosso carnaval não fica em nada devendo ao carnaval de São Paulo, por exemplo, que é enorme, é grande, mas não tem o mesmo charme do Rio de Janeiro, e nem o mesmo charme do Rio Grande do Sul. Que maravilha que é aquilo lá! O Márcio Bins Ely pediu que eu falasse no nome dele também, então estou falando no nome do Márcio Bins Ely e do Professor Wambert também.

Então, meus queridos, votação unânime para chamar a atenção. Onde nós pudermos, nós teremos obrigação de lutar por recursos para o carnaval. É beleza, é *show*, é saúde, é maravilha! Viva o carnaval de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. André Carús está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 019/18.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, primeiro eu quero saudar a iniciativa, Ver. João Bosco Vaz, porque ultimamente nós temos tido tantas notícias ruins para o carnaval de Porto Alegre, e são ações como essa que aos poucos vão possibilitando que as entidades carnavalescas, que são a base da cultura popular da nossa cidade, possam desenvolver as suas atividades, não só sempre correndo atrás da máquina, para usar um linguajar bastante corriqueiro, mas possam desenvolver as suas atividades não só também passando o pires na mão, pedindo um apoio do poder público, mas que paguem aquilo que utilizam, enquanto serviço público – nesse caso estamos falando de água –, de acordo com a sua realidade. O Ver. Bosco foi muito feliz numa simples inclusão de um texto legal, considerando que todas as entidades carnavalescas, com sede em Porto Alegre, não só sejam consideradas entidades recreativas e beneficentes, mas também culturais. Com essa alteração singela, vai promover um grande benefício para todas ao inseri-las como contribuintes e pagantes da tarifa social do DMAE. Isso também vai abrir caminho para que se renegociem débitos que eventualmente existam com o próprio DMAE e débitos que, ao longo do tempo, podem ter se acumulado por problemas de gestão, por falta de recursos. Isso pode, para alguns, não parecer algo tão significativo, mas ele é um exemplo de que o carnaval de Porto Alegre, enquanto expressão maior da cultura popular, tem que se profissionalizar. Mas, para ele se profissionalizar, o poder público tem que, no seu limite, investir naquilo que cabe no cobertor curto do seu orçamento, mas, ao mesmo tempo, o poder público tem que induzir às entidades carnavalescas a se profissionalizarem. Aqui vejo dirigentes de diversas entidades: Unidos da Vila Mapa, Praiana, Acadêmicos da Orgia, Bambas da Orgia, Imperatriz Dona Leopoldina – não quero esquecer algumas. Vou citar parceiros que nós conhecemos e auxiliamos a partir do nosso mandato, do Império da Zona Norte, especialmente a velha guarda, da Realeza, no Partenon, da Academia de Samba Puro, da Fidalgos e Aristocratas que, assim como a Acadêmicos da Orgia, é uma resistência da cultura popular ali no bairro Santana, que é o bairro onde moro, e fizemos um trabalho comunitário importante.

Quero aqui me somar à iniciativa do Ver. Bosco e reafirmar que essa inclusão vai permitir que as entidades carnavalescas paguem o que cabe na sua realidade, e é mais uma iniciativa que reforça a necessidade do poder público, seja aqui o Legislativo e também o Executivo, estimule as entidades carnavalescas a se profissionalizarem e não serem apenas dependentes, mas se profissionalizarem e terem a capacidade de fazer com que a cultura popular de Porto Alegre volte a ser referência para o Brasil. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 019/18.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; eu quero começar parabenizando o Ver. João Bosco Vaz e o Ver. Cassio Trogildo pela iniciativa oportuna, necessária e também, na linha do que foi dito pelo Ver. Carús, que, de alguma forma, descreveu o princípio de subsidiariedade, um princípio que é muito caro não só na doutrina social da igreja como para a democracia cristã, que é aquele princípio que respeita a autonomia dos corpos intermédios, das pessoas, das associações, mas que também, no momento necessário, vem ao socorro, para permitir que esses entes se desenvolvam exatamente como descreveu aqui o Ver. Carús. Naquilo que está ao alcance do Estado, nós precisamos incentivar, estimular o profissionalismo no carnaval de Porto Alegre, o que não significa que o Estado e o poder público tenham que lavar as mãos e deixar essa festa, essa manifestação extraordinária de cultura popular, que não ocorre só em fevereiro ou março, mas que envolve comunidades o ano inteiro... O Rio de Janeiro já nos dá exemplo, Ver.^a Karen, de projetos sociais – a Mangueira é um exemplo extraordinário – de inclusão, em que o carnaval profissionalizado realiza a cultura local e uma gama de inclusão social de pessoas que, através do carnaval, encontram a oportunidade de ter acesso à cultura, ter acesso a um grau de formação e ter acesso, inclusive, a trabalho. Carnaval é coisa séria, deve ser levado a sério, tão levado a sério que deve ser profissionalizado.

Mais uma vez, o Ver. Bosco está de parabéns, porque o Estado, naquilo que disse o Ver. Carús, entra no que está ao seu alcance; subsidiando, não atrapalhando, pelo menos, não impedindo a realização da atividade. Já peço o apoio dos vereadores, também, porque eu entrei com um projeto nesta Casa, Ver. Bosco, e que está tramitando, declarando o Bambas da Orgia, a nossa escola mais antiga na Capital, como patrimônio cultural de Porto Alegre. Esse projeto está tramitando aqui na Casa justamente para que o poder público possa olhar para essas entidades carnavalescas, que o ano inteiro se dedicam a trazer beleza e arte para a nossa Cidade. Meus parabéns, espero que a votação seja unânime em favor do seu projeto, Vereador. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 019/18.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Sras. vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara e nas galerias; quero saudar os presidentes aqui presentes; inscrevo-me para corroborar com a defesa feita pelos vereadores que me antecederam, sobre a importância da iniciativa desta Casa, através do Ver. Bosco, para conseguirmos resgatar o mínimo de dignidade dessa expressão popular massiva, porque quem conhece a cidade de Porto Alegre e circula dentro das comunidades sabe do impacto. Não é somente uma questão do carnaval, de expressar-se em dezembro, janeiro e fevereiro, mas de toda a construção que envolve a produção de renda, educação, saúde, lazer, e isso tudo, muitas vezes, de forma autônoma.

Ou seja, os próprios trabalhadores tirando do seu bolso, usando o seu tempo livre para erguer escolas, para erguer instituições, para erguer projetos de futuro para dentro dessas comunidades. Sabemos que o poder público ainda é insuficiente, e quando chega, muitas vezes não dialoga com esse pertencimento popular, negro, do batuque, do samba – é isso que temos que resgatar, quando colocamos esse tipo de incentivo. Então, saudar a iniciativa do Ver. Bosco, colocar também a importância da Emenda nº 01, que reitera o uso específico para as atividades alusivas ao carnaval. É importante ter essa combinação, que já foi uma orientação que veio do DMAE para a gente, para o projeto de lei ficar redondinho e ser votado com a combinação dessa Emenda nº 01, que foi elaborada pelo Ver. Bosco.

No mais, enquanto bancada do PSOL, já desfilamos no carnaval – eu era da Samba Pura, mas agora fundamos uma escola lá na Treze, da Lomba do Pinheiro, que é a Filhos de Maria, estamos tentando erguer o nosso barracão –, mas a nossa proatividade mesmo está no dia a dia das comunidades, junto com vocês, construindo a vida dinâmica das escolas de samba. Nos colocamos à disposição, enquanto bancada de oposição, enquanto PSOL, para esse tipo de política que a gente acha que é muito importante manter viva na história de resistência da nossa cidade. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação a Emenda nº 01 ao PLCL nº 019/18. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, o PLCL nº 019/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 29 votos **SIM** e 01 **ABSTENÇÃO.**

(O Ver. Reginaldo Pujol assume a presidência dos trabalhos.)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 081/19 – (Proc. nº 0302/19 – Ver. Felipe Camozzato e outros) – requer seja encaminhada Moção em solidariedade ao direcionamento de 50% dos aprovados no concurso da Brigada Militar ao Município de Porto Alegre.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação o Requerimento nº 081/19. (Pausa.) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol. Não utilizarei os cinco minutos, eu quero apenas fazer um breve registro da origem desta proposição. Os colegas parlamentares estiveram presentes ao longo da sessão em que as entidades da sociedade civil abordaram diversos vereadores para falar sobre esta manifestação, a qual tanto eu quanto o Ver. Hamilton Sossmeier, o Ver. Valter Nagelstein, diversos outros vereadores assinamos prontamente atendendo ao pedido da comunidade, muito mais do que uma iniciativa de um vereador.

A gente entende que esta é uma pauta relevante para a cidade de Porto Alegre. Quando da nomeação desses brigadianos, nós tenhamos à luz da criminalidade na nossa cidade, à luz da proporção dos casos registrados na nossa cidade, uma atenção especial, portanto, por parte do nosso governo, dos nossos comandos da Brigada Militar, para que Porto Alegre seja, carinhosamente, escolhida para ter uma nomeação de maior volume de soldados para a nossa cidade. E aí cabe, também, um agradecimento a todos os parlamentares que assinaram, porque estão, na verdade, representando essas mais de 30 entidades da sociedade civil que vieram até o Parlamento para ver a sua voz ser representada por meio desta moção. Eu peço, então, a aprovação desta moção. Muito obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. André Carús está com a palavra encaminhar a votação do Requerimento nº 081/19.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Sr. Presidente, colegas vereadoras, colegas vereadores, agradeço aqui a distinção de poder encaminhar a votação deste requerimento em nome da nossa bancada: do nosso líder, Ver. Cecchim, da Ver.^a Lourdes, do Ver. Mendes Ribeiro e do Ver. Valter. Nós aprovamos na última segunda-feira três moções que têm relação direta com a de hoje: moção em apoio à nomeação imediata dos aprovados dos últimos concursos públicos realizados, para Susepe, para Polícia Civil e para Brigada Militar. Hoje essa moção atende a um fator local, é uma evolução, um complemento das moções, Ver. Cecchim, que aprovamos na

última segunda. Apelamos para que o governo do Estado os chame os aprovados o mais rápido possível, e que 50% fique em Porto Alegre para ampliar a segurança da nossa cidadania. Esta é uma moção que veio de fora para dentro, podemos dizer assim; cerca de 40 entidades subscrevem essa moção com grande maioria de vereadores apoiando, a exemplo do que fez a nossa bancada do MDB. E quero aqui resgatar números que comprovam que um efetivo maior dos órgãos de segurança, com nomeação dos concursados representa redução direta dos índices de criminalidade. E mesmo com todas as dificuldades enfrentadas pelo governador José Ivo Sartori no governo passado, este governo fez o seu dever de casa na área da segurança pública, dirigida pelo então secretário Cezar Schirmer. Só no governo Sartori, em matéria publicada pelo jornal Zero Hora em dezembro de 2018, foram chamados mais de 3,5 mil novos servidores na área da segurança – Susepe, Brigada Militar e Defesa Civil. Desse total, zerou; então, abriram-se novos concursos públicos, que hoje há novos aprovados. Agora, esperamos que o governador Eduardo Leite faça aquilo que se comprometeu na campanha, chame para si a responsabilidade, como governador e comandante e chefe da Brigada Militar e das forças policiais, a nomeação desses profissionais, e que 50% sejam, respeitando o conteúdo desta moção, direcionados aqui para a nossa capital. Vou citar alguns exemplos das variações de redução de alguns índices de crimes no Rio Grande do Sul, de quanto foram reduzidos a partir da nomeação de novos servidores públicos na área da segurança: homicídio doloso, nos últimos quatro anos, teve uma redução de 12,7%; fruto de veículo, que até bem pouco tempo era o maior índice que existia de delito na nossa cidade, foi reduzido em 21%; latrocínio, em 38,6%. Enfim, são várias as reduções e estou citando-as, aqui, para comprovar que nomear mais servidores – nomear aqueles que estão aguardando – representa não somente a sensação, mas a promoção efetiva de segurança pública em favor do cidadão.

Por isso, a bancada do MDB é favorável a esta moção e é solidária com todas as associações de moradores e comunitárias que subscrevem este documento. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 081/19.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PSC): Sr. Presidente, Ver. Reginaldo Pujol, colegas vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara e das galerias, primeiramente, quero fazer coro ao Ver. Felipe Camozzato pelo belíssimo trabalho da Comissão Especial da Revisão Legislativa, belo trabalho dessa comissão e de todos nós que participamos desse trabalho. Parabéns pela condução dessa comissão, que teve êxito nesses três meses de trabalho.

Ao mesmo tempo, quero fazer esse coro aos colegas vereadores que assinaram essa moção, solicitando e pedindo mais brigadianos para Porto Alegre – eu tenho aqui uma relação de cerca de 40 entidades. Nós demos entrada com esse pedido

na Prefeitura Municipal de Porto Alegre no dia 18 de junho, além da Câmara Municipal, em conjunto com o líder do governo, Ver. Mauro Pinheiro e Ver. Moisés Barboza, e entregamos diretamente ao prefeito essa solicitação, do empenho da Prefeitura para que nós tenhamos mais brigadianos em Porto Alegre. Nós estamos aqui juntamente com os vereadores que assinaram e a Câmara Municipal, nesse trabalho de requerermos um esforço maior do nosso Governador do Estado de ter mais brigadianos para Porto Alegre, um trabalho em conjunto com vários vereadores, entre eles – já foi citado –, o Ver. Valter, que foi um dos que ajudou a orientar, inclusive, as organizações para que entrassem, como disse o Ver. Carús, de fora para dentro com essa solicitação, com esse projeto que é tão essencial, importante para Porto Alegre, uma vez que nossa cidade não é como a maioria das cidades, ela tem uma população fixa. Além de ter uma população fixa dos moradores, é uma cidade por onde passam muitas pessoas e precisa desse cuidado com relação à segurança pública. Portanto, faço aqui meu manifesto e agradeço a todos os vereadores que, junto conosco, participam desse momento tão especial da luta pela segurança pública de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 081/19.

VEREADOR NELCIR TESSARO (DEM): Sr. Presidente, Ver. Reginaldo Pujol, presidindo esta sessão brilhantemente; Srs. vereadores, Sras. vereadoras, público que nos assiste; venho a esta tribuna para encaminhar o Requerimento nº 081/19, do Ver. Felipe Camozzato, e nós também que firmamos esse requerimento, porque entendemos muito a importância de termos 50% desses soldados em Porto Alegre. Ontem, aqui ao lado do prédio da Receita Federal, onde ficam os guardadores de veículos, um cidadão estava estacionado com o seu veículo e, por não ter dado a contribuição para o guardador, foi esfaqueado. Nós sabemos da dificuldade que existe na segurança pública geral, mas nós sabemos que, aqui em Porto Alegre, precisamos do contingente maior. Nós precisamos que esses policiais militares que ingressarão fiquem em Porto Alegre para atender toda a comunidade, para atender melhor a comunidade – a quantidade de policiais é muito importante para nós. A Associação de Moradores do Alto Petrópolis, a própria associação já está montando onde eles conseguiram para ali colocarem um posto da Brigada Militar, já contando com esses novos soldados que ingressarão. Nós queremos, sim, com esta moção, fazer com que eles fiquem em Porto Alegre, que 50% de toda a contratação do concurso que passou no Estado fique em Porto Alegre, que aqui fiquem estabelecidos para uma segurança maior.

Então, quero cumprimentar todos os colegas nossos e a ideia do Ver. Felipe Camozzato, que buscou que todos apoiassem este pleito de que nós devemos, sim, encaminhar ao Sr. Governador do Estado o resultado desta moção, para que seja analisado, levarmos ao nosso Vice-Governador, que é da segurança pública, é o

secretário de segurança, ele já foi chefe da segurança pública do Estado, o nosso delegado Ranolfo; que ele entenda que Porto Alegre é diferenciada dos demais municípios, muito embora saibamos que a Região Metropolitana de Porto Alegre – Canoas, Cachoeirinha, Gravataí, Alvorada, Guaíba – tem problemas de segurança pública, mas não chega ao que está acontecendo em Porto Alegre, onde a insegurança é grave, porque nós sabemos que o contingente de policiais cada dia se torna menor, e nós precisamos que eles venham cada vez mais dar segurança, porque a Porto Alegre migram pessoas de todo o país. E, se queremos ser uma cidade de serviços, como a nossa Porto Alegre é uma cidade de serviços, e transformar em uma cidade de eventos nós temos que dar segurança pública a todos que venham a este Estado.

Queremos aqui nos somar a esta moção e dizer: “A bancada dos democratas, sim, vai junto solicitar ao Sr. Governador do Estado que designe 50% dos aprovados deste concurso a permanecer em Porto Alegre para dar segurança”. É isso que eu tenho a dizer, contamos com apoio de todos os vereadores. Obrigado, senhoras e senhores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 081/19.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, pessoal da Brigada, a quem tenho muito apreço, desde deputado – sempre estivemos junto nessas lutas, principalmente nas salariais, etc. Na semana passada, eu aqui fiz uma moção de apoio aos bombeiros, para que também chamassem os bombeiros, que estão com uma imensa dificuldade e que têm agora o seu orçamento separado da Brigada, que é outra entidade valiosa. Vocês podem ficar tranquilos, porque essa moção vai passar na Casa, mas há necessidade de dizer algumas coisas que as pessoas não sabem. Eu, inclusive, em outra oportunidade, cobrei do secretário Schirmer, no governo anterior, em relação aos concursos públicos, para que fossem definidas para quais regiões vão aqueles que passam nos concursos. Em Santa Catarina é assim. Aqui, nós temos esse problema, todos querem ficar em Porto Alegre, mas o interior também tem a sua parte. Eu já vi concurso público, por exemplo, do Ministério Público, para assessor jurídico, que era por região, e a pessoa escolhia a região que ela queria. Por mais que nós tenhamos que apoiar os 50% na capital, isso não quer dizer que, depois, os 50% que vêm para a capital não queiram ir para o interior. Essa é a luta, dia a dia, de como acomodar essa situação de um concurso público que deixa essa brecha. Por mais que nós, da capital, tenhamos que estar a favor de vocês, eu fico pensando como o pessoal do interior pensa sobre isso. Claro que nós sabemos que na capital e na grande Região Metropolitana estão as maiores taxas de criminalidade, mas nós sabemos que, também o interior, às vezes, tem um brigadiano, tem dois brigadianos, tem três... É uma vergonha. Então, para o futuro, o que tem que preparar é que no concurso público seja definida qual a região que a pessoa vai escolher para trabalhar

depois de passar no concurso público. Até hoje, eu, como vereador, me ligam para pedir troca de pelotão, de um município para outro município, porque é um problema dentro da Brigada como acomodar. Eu só estou citando para dizer como é que funciona. Os concursos públicos não definem antes qual é a região para onde o brigadiano vai quando passa no concurso. Claro que nós somos a favor, mas eu fiz questão de lembrar. Isso não quer dizer que vocês, daqui a uns anos, ao virem para Porto Alegre, não quiserem voltar para o interior. Fica aberta essa possibilidade, e isso suscita que o brigadiano, em várias oportunidades, solicite ao governo do Estado a sua transferência de cidade ou de pelotão diferente dentro da própria cidade, mas tem que ter a anuência do comandante. Eu quero informar que não é bem assim: “Eu quero me transferir para São Borja, para a terra do Ver. Cassiá”. Não, não é bem assim, tem que ter a anuência do comandante, como anuência daqui para lá. Então, essa é uma questão que futuramente tem que ser corrigida. Os concursos têm que definir, devido à falta de contingente da Brigada naquela cidade ou naquela região. Mas, dentro desta moção específica, claro que eu sou favorável. A capital precisa, a capital é o nosso tambor, 1,5 milhões de pessoas e com essa criminalidade impressionante. A Grande Porto Alegre também tem esse problema, todo o Estado tem. A questão da segurança tem que ser e é prioridade dos governos, mas, muitas vezes, não saiu do papel. Não se efetivaram, no orçamento, verbas para salários melhores para os brigadianos, que é uma luta constante, desde o Lucas, nosso amigo, o Santa Helena, toda a luta que passamos na Assembleia para valorizar o brigadiano. E essa luta continua. Eu sempre falo com os comandantes e com os líderes de vocês. Nesse aspecto aqui não há dúvida: todos nós vamos votar a favor dessa moção, mas há necessidade de dizer isto: o problema existe e continuará existindo enquanto o concurso não definir previamente qual a cidade, qual a região, para que não haja essa distorção. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 081/19, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o Presidente, Ver. Reginaldo Pujol, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão, de modo especial algumas comunidades que, preocupadas com a falta de efetivo da Brigada Militar ou até mesmo com a insegurança que paira em nossa cidade, estão aqui apoiando a moção de apoio a que no mínimo 50% dos aprovados no último concurso da Brigada Militar sejam alocados na cidade de Porto Alegre. Todos nós sabemos que só colocar brigadianos não resolve o problema. Muitas vezes a falta de uma vaga num colégio, seja ele público ou privado, ou o apoio do Estado, no caso do público, para haver mais vagas, acaba absorvendo os jovens, os estudantes para estarem ocupados, e, ao mesmo tempo, preparados para o mercado de trabalho. Sabemos que não acontece isso em nível estadual e nem em nível municipal. Infelizmente, muitos

desses jovens, hoje, estão sendo cooptados pelo mundo do tráfico. Não foi por acaso que recentemente perdemos, Ver. Nedel, dois soldados da Brigada Militar do 19º Batalhão, região na qual eu moro. E há um clamor de todos os batalhões da Brigada Militar. Eu visitei dois, o do Jardim Botânico e da região Leste, o 19º, e ambos reclamam que o efetivo atual é insuficiente para atender ao grande número de registros de ocorrências que acontecem naquela região. Obviamente que atende um, ficam descobertos outros, e por isso há um clamor da sociedade para aumentar o efetivo. Todos nós já fomos vítimas de assaltos, creio eu. Poucos são, dos que aqui estão, como cidadãos da cidade, que não tiveram levado o seu celular, não tiveram levado algo do seu patrimônio ou assustaram profundamente num momento em que, infelizmente, o delinquente, por uma necessidade dele ou do tráfico, não levaram algo dos pertences. É justo isso? Claro que não, mas também é importante pensar numa política de abrir as possibilidades aos jovens para profissionalizá-los e iniciá-los no mercado. A bancada do PT e do PSOL, partidos pelo qual falo, em nome da oposição, são favoráveis, para que essa moção sensibilize o governador do Estado, sensibilize o secretário de segurança. Na reunião em que nós estivemos com o Comandante da Brigada Militar, o Cel. Mário Ikeda, ele falou para nós, sim, que Porto Alegre terá um tratamento diferenciado agora, na nova chamada dos brigadianos quer foram concursados e que estão sendo preparados para assumir essas vagas. Então, nesse sentido, creio que é importante, sim, a comunidade de Porto Alegre se manifestar em apoio, e creio que os vereadores não serão contrários; pelo contrário, serão favoráveis, apoiando a moção, no sentido de que a violência só vai ser estancada na medida em que, também, a Brigada Militar, que é a primeira a chegar para, depois, encaminhar à Polícia Civil, possa ter efetivo suficiente para reduzir o crime e reduzir a insegurança que está na vida, diariamente, do cidadão. Por isso o nosso encaminhamento favorável. E seja bem-vinda a comunidade neste momento. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 081/19.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente e todo mundo que nos acompanha. Vejo aqui representantes de várias associações e, com muito carinho, vejo aqui também, ali do Centro Histórico, não só a associação do Centro, mas, também, o pessoal do entorno da praça Brigadeiro Sampaio.

Queria dizer às moças, às meninas que já vieram várias vezes aqui em algumas reuniões da Frente Parlamentar de Recuperação do Centro Histórico, lutando por essas questões de segurança, que eu acompanhei o tema, quando o Ver. Hamilton e o Ver. Mauro Pinheiro encaminharam esse assunto. Eu estava presente junto como prefeito. E o prefeito Marchezan fez uma observação muito importante e interessante sobre essa solicitação que o pessoal apelidou de “mil líquido”, que seria manter, desses dois mil, mil aqui.

Tecnicamente, temos a questão da mancha das ocorrências de crimes no Estado do Rio Grande do Sul, e tecnicamente o percentual aqui da Região Metropolitana é muito alto. Na realidade, é mais da metade percentual das ocorrências criminais de todo o Estado do Rio Grande do Sul. Obviamente, quero deixar muito tranquilas as pessoas, não haverá nenhum vereador ou vereadora aqui que votará contra essa moção, mas tem uma observação importante do prefeito, e aí o Ver. Cassiá falou aqui sobre a questão do interior. Ver. Cassiá, essa observação técnica do seu ex-colega, Deputado Nelson Marchezan, hoje prefeito, fala que temos que solicitar, sim, à Brigada Militar e ao governo do Estado para cuidarem os percentuais, porque, se fosse cuidado tecnicamente pelos percentuais, não duvido que tivesse que ser mais de mil brigadianos aqui para a região de Porto Alegre. O percentual dessas ocorrências criminais deve ser o que pautará. E isso é uma solicitação com a qual, acredito, todos nós concordamos, para que, onde exista, dentro dessa mancha, mais ocorrência de crimes, tenhamos mais cobertura dos valorosos servidores da segurança pública. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 081/19.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Caro Ver. Pujol, colegas vereadores e vereadoras, senhoras e senhores que nos acompanham aqui nesta tarde, a questão da segurança pública é assunto que deveria ser colocado de forma mais permanente e veemente dentro desta Casa parlamentar. A questão da criminalidade em Porto Alegre é assustadora. A capital brasileira com maior número de roubo de carros é Porto Alegre, por isso o seguro é o mais caro do País. Cinquenta e um por cento do consumo de cigarros nesta cidade é cigarro pirata. Como diz a estudiosa Vanessa Newmann, no seu brilhante livro Lucros de Sangue, essa vinculação cigarros, pirataria, tráfico, tem tudo a ver, tudo a ver, absolutamente, com uma grande teia de crimes. Ela só pode ser combatida com ações claras, articuladas entre os poderes constituídos. A secretaria municipal, antiga SMIC, que na minha época contava com 110 fiscais, hoje tem menos de 30. Impossível, sem o apoio da Brigada, enfrentar a criminalidade no Centro Histórico de Porto Alegre, onde a venda de cigarros é controlada pelas facções criminosas. Se nós quisermos barrar o crime que se espalha pelo Estado, tem que começar pelo núcleo central, que é o núcleo pensante que é a capital. Não basta apenas garantirmos 50%, é preciso que uma parcela delas seja treinada para fazer uma atividade de inteligência. Devem estar na P2, para mapear onde está sendo orquestrado o crime organizado na cidade. Esta é a questão chave, trabalhando com a prefeitura, trabalhando com a polícia rodoviária, com a polícia federal, com a polícia civil. Ou seja, todos os órgãos fazendo planejamento estratégico juntos, Moisés Barboza, juntos, caso contrário, nosso trabalho de combate ao crime não será efetivo, esta é a questão. E é hora de a sociedade civil mostrar, indicar, propor.

Digo mais, aprovada esta moção aqui, proponho que a Mesa Diretora marque uma reunião com o digno secretário de segurança pública, com vereadores e a sociedade civil presentes, e outros que não estão. Nós temos que ir ao encontro do Del. Ranolfo Vieira, que, quando esteve no comando do DEIC, fez um grande trabalho. Eu me orgulho de ter proposto a ele o Título de Cidadão de Porto Alegre; digo mais, foi correto, durante a gestão do Gov. Tarso, quando fez um concurso, e 530 policiais ficaram na capital ao serem nomeados, 530. Poucos, porque faltavam muitos; poucos serão os mil, porque faltam muitos, por isso nós temos que fazer uma articulação entre a municipalidade, o governo do Estado, a sociedade civil e a Câmara de Vereadores, falar com o Delegado Ranolfo, para que, juntos, possamos estar na linha de frente do combate à criminalidade. Não podemos mais agir sem um planejamento, sem uma articulação, porque, hoje, não é à toa que o crime organizado tem esse nome, está organizado como empresa, é o crime do dinheiro, é o crime do lucro, eles que comandam, e, se nós não tivermos consciência disso, estaremos em situações cada vez mais calamitosas. Por isso, marcharemos juntos, caminharemos juntos pela aprovação dessa moção, e vamos ao encontro das autoridades juntos também. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 081/19.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente Pujol, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, nós estamos tratando aqui de um assunto de alta relevância para a nossa cidade de Porto Alegre, que é a nomeação de policiais para a nossa cidade. Eu estava acompanhando todas as manifestações e sou favorável, vou votar favoravelmente e cumprimento pela moção, até porque precisamos, sim, de nomeações, essencialmente na área da segurança pública. Somos favoráveis, vamos votar favoráveis, e esperamos que esses concursados sejam nomeados.

Eu aproveito para conversar sobre a Guarda Municipal, que também é um assunto de segurança, Ver. Paulinho Motorista – falo em teu nome –, para a cidade de Porto Alegre. Nós tivemos um concurso público para a Guarda Municipal em que foram aprovados centenas de jovens que estão ansiosos, porque faz quase quatro anos, e a validade do concurso, Ver.^a Karen, está se esvaindo, está se concluindo. Eles foram aprovados e não serão nomeados, porque o concurso vai caducar. No ano passado, a então secretária esteve na Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul e disse que, a partir de março, 100 futuros guardas municipais seriam chamados para treinamento. A secretária falou isso em outubro ou novembro do ano passado; até hoje, nenhum deles foi chamado. Portanto, nós precisamos apoiar a mensagem, a moção aqui apresentada, porque ela é fundamental para a cidade de Porto Alegre; precisamos também trabalhar – eu estou trabalhando – no sentido de que sejam nomeados, o mais rápido possível, os concursados da guarda municipal, sob pena de expirar o prazo, de caducar o concurso e nenhum ser chamado.

Eu trabalho com concurso público faz mais de 40 anos. Não é possível que se abra concurso sem haver vagas, salvo se for para banco de vagas. Agora, concurso público que se abre gera uma expectativa enorme, primeiro, para aqueles que vão fazer o concurso; depois – e a expectativa é maior ainda – para os aprovados. Para mim, aprovados nos concursos públicos precisam ser chamados, sob o risco de estarem as autoridades – no caso, o Executivo – incorrendo em uma injustiça, gerando a perda de sonhos da nossa juventude gaúcha e porto-alegrense. Um abraço, vamos votar favoravelmente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação o Requerimento nº 081/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação do dia de hoje, para que possamos incluir o PLCE nº 003/19 e, imediatamente, passar à sua discussão e votação. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Moisés Barboza. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0211/19 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 003/19, que autoriza o Município de Porto Alegre a adquirir imóveis de propriedade da União e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), autarquia federal, através de doações com encargos destinados à Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, COSMAM**. Relator-Geral Ver. Cassio Trogildo: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 03-07-19.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em discussão o PLCE nº 003/19. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Prof. Alex Fraga. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Treze vereadores presentes. Não há quórum.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 17h18min: Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 2418/17 – SUBSTITUTIVO Nº 01, de autoria da Ver^a Mônica Leal, que inclui a efeméride Dia de São Patrício no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 17 de março, e dá outras providências, **ao PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 265/17**, de autoria do Ver. Professor Wambert. **Com Emenda nº 01 ao Substitutivo nº 01.**

PROC. Nº 1377/18 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 023/18, de autoria da Ver^a Mônica Leal, que inclui parágrafo único no art. 7º e §§ 4º, 5º e 6º no art. 8º da Lei Complementar nº 618, de 10 de junho de 2009 – que institui a adoção de equipamentos públicos e de verdes complementares por pessoas jurídicas e revoga a Lei Complementar nº 136, de 22 de julho de 1986 –, alterada pela Lei Complementar nº 675, de 22 de junho de 2011, dispendo sobre Mobiliário Urbano Para Informação (MUPI) e dando outras providências.

PROC. Nº 0049/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 029/19, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, que denomina Centro de Comunidade Vila Nova Restinga (Cecores) Vereador Artur Zanella o equipamento público conhecido como Centro de Comunidade Vila Nova Restinga (Cecores), localizado no Bairro Restinga.

PROC. Nº 0213/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 017/19, de autoria do Ver. Nelcir Tessaro, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao Departamento de Tradições Gaúchas Galpão Missioneiro.

PROC. Nº 0275/19 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 006/19, que altera o Anexo da Lei nº 11.403, de 27 de dezembro de 2012, que dispõe sobre empregos em comissão ou funções em comissão criados na estrutura organizacional da Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre (Procempa), alterando as atribuições do emprego de assessor.

PROC. Nº 0165/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 083/19, de autoria do Ver. José Freitas, que denomina Rua Ouro Verde o logradouro não cadastrado conhecido como Acesso K – Super Quadra Um – Segunda Unidade Vicinal Vila Nova Restinga –, localizado no Bairro Restinga.

(O Ver. Mendes Ribeiro assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, esse projeto de lei de minha autoria, que está iniciando objetivamente a tramitação na Casa, é um projeto que mexe inclusive com a minha condição de ser humano, me emocionando por inteiro, porque é uma proposta que faço de homenagear um ex-integrante desta Casa, colocando o seu nome no Centro de Comunidade da Vila Restinga, que é o ex-vereador Artur Paulo Araújo Zanella. Todos sabem que as relações de amizade com o ex-vereador Zanella remontam à minha infância. Estudamos juntos em Uruguaiana no ano de 1953, lá se vai mais de meio século. Mais tarde, nós viemos a nos encontrar em Porto Alegre e, por largo tempo, na administração do prefeito Guilherme Socias Villela, nós nos sucedemos, ora ele integrando a SMIC, e eu, o DEMHAB; ora eu integrando a SMIC, e ele, o DEMHAB. Por isso eu entendo que esta homenagem ao Zanella que eu estou requerendo à Casa se justifica por inteiro. Perdoem-me a vaidade, mas me parece que, junto com ele, nós produzimos o elemento mais glorioso da história do Departamento Municipal de Habitação, quando batemos todos os recordes de construção de habitação popular. Concluímos o projeto da Restinga Nova, reabilitamos a Restinga Velha, urbanizando a Restinga Velha, o Barro Vermelho. Iniciamos e concluímos a 4ª Unidade Vicinal, abrimos a chance de construção e instalação do Distrito Industrial, desenvolvemos o projeto Pró-Gente, que urbanizou cerca de 20 vilas populares e, mais ainda, o projeto Pró-Morar, em duas situações muito especiais, que foi a urbanização sem precedentes sem mudar nenhuma pessoa que morasse na Vila Nova Santa Rosa, antiga Vila Ramos, e na Vila Nova Brasília.

O Zanella tinha uma característica até polêmica. Era um homem de opinião, muito espirituoso, que, vez por outra, criava alguma dificuldade de entendimento, logo em seguida superada. Eu mesmo, apesar do nosso relacionamento, em alguns momentos tive diferenças com ele, sendo que a principal foi quando ele decidiu ingressar no Partido Democrático Trabalhista e me levou um convite do então prefeito de Porto Alegre Alceu de Deus Collares, para que eu o acompanhasse na ocasião. Dediquei a ele, de coração, que fosse feliz na opção, mas eu ia permanecer no partido que eu havia estabelecido a fundação e que, evidentemente, eu haveria de acompanhar até o seu desenlace, até o seu fim. Coerente que eu sou em matéria partidária, o que não me autoriza a criticar quem quer que seja, que quem quer alterar, altere as suas posições em função de circunstâncias que esse conturbado momento político brasileiro vem ensejando nos últimos anos em todos os partidos, na quase totalidade, se não na própria totalidade, descaracterizado de tal sorte, que não justifica que se alegue incoerência para permanecer nessa ou naquela agremiação partidária.

Por isso, Ver. Mendes Ribeiro, ao tempo que agradeço a V. Exa. por me ter permitido vir à tribuna nesta hora, assumindo a condução dos trabalhos, faço esta manifestação, emocionada, até; saudosa, até, por que não dizer, relembro, inclusive, um momento muito feliz que eu vivi junto com o Zanella, num período que eu considero o mais fértil da minha vida pública: aqueles anos em que, juntos, trabalhamos na administração naquilo que, no meu entendimento, apesar da suspeição da afirmação, foi o maior e o melhor prefeito de Porto Alegre de todos os tempos, que foi o nosso colega Socias Villela.

Deixo a tribuna, Sr. Presidente, cumprindo com alegria, por um lado, por estar podendo prestar esta homenagem; com tristeza, de outro, pelo aspecto saudosista da lembrança do colega que já não está mais conosco e, sobretudo, com muita certeza de que a Casa haverá de agasalhar a nossa proposta, de levá-la às últimas consequências e aprová-la tão logo isso seja possível, homenageando essa figura que tanto tempo esteve aqui neste Legislativo e que foi, inclusive, integrante da Mesa Diretora, líder de bancada e várias outras posições. Obrigado a todos pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR NELCIR TESSARO (DEM): Sr. Presidente, Ver. Mendes Ribeiro; vereadoras e vereadores; público que nos assiste; venho a esta tribuna destacar o projeto de minha autoria, PR nº 017/19, que concede Diploma de Honra ao Mérito ao Departamento de Tradições Gaúchas Galpão Missioneiro, da Restinga. Esse CTG do Jauri promove, naquela localidade, tarefas e ações sociais, como cursos de dança nos seus finais de semana, durante o dia, encontro da comunidade em festividade no Dia das Mães e Dia dos Pais, e, principalmente, a inclusão social que eu destaco aqui nos cursos de dança para os jovens daquela comunidade. Isso é muito importante porque agrega as

famílias residentes naquela região, naquele bairro da Restinga Velha. Todos os finais de semana, a comunidade utiliza aquele galpão, que se pode dizer, hoje em dia, que é praticamente de utilidade pública pelas funções sociais que realiza. Cabe aqui destacarmos e concedermos a honra ao mérito. O título de honra ao mérito é justamente para as entidades que se destacam em trabalhos sociais, que se destacam em prestar serviços para a comunidade, que se destacam em fazer a inclusão social, e o Galpão Missioneiro, que é o galpão do Jauri, como é conhecido naquela região, preenche todos esses requisitos. Apenas subi a esta tribuna para destacar esse projeto de resolução e dizer que muito me honra estar homenageando, com destaque, esse local, esse departamento de tradições gaúchas, que promove a todos os jovens daquela comunidade cursos de dança para a inclusão social. Obrigado, senhoras e senhores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado, Ver. Nelcir Tessaro. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h28min.)

* * * * *